



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA/EXTRAORD.AUDIÊNCIA PÚBLICA/etc.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/12/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 36ª audiência pública do PL 688/13, plano diretor estratégico. Hoje o tema é proteção ambiental.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente desde o dia 29 de novembro de 2013. Foi publicada no *Diário de São Paulo* no dia 05/12/2013 e na *Folha de São Paulo* no dia 06/12/2013.

Vamos deixar abertas as inscrições nessa mesa à esquerda. Serão cinco listas e para cada tema uma lista já que vamos discutir hoje o PDE que o Executivo falará durante 15 minutos; depois o Sr. André Skaf vai falar sobre o Aeródromo de Parelheiros; sobre agricultura orgânica vão falar as Sras. Simone e Lia; sobre ecoturismo os Srs. Loyd Cruz e Roberto Carlos, da Associação dos Empresários de Turismo de Parelheiros e depois falaremos sobre cinco PLs diversos.

Quero dizer também que justificaram a ausência os Srs. Vereadores Arselino Tatto, que tinha outra audiência pública também agora de manhã, Jair Tatto, que vai se atrasar um pouco e Nabil Bonduki, que está chegando.

Tem a palavra a Sra. Tereza, Secretária Adjunta, por 15 minutos, para falar sobre a questão do verde e meio ambiente do plano estratégico.

A SRA. TEREZA - Bom dia a todos. Vou fazer uma breve apresentação do plano diretor, uma vez que nossa pauta é extensa.

- A Sra. Tereza passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA. TEREZA - O plano é organizado em cinco títulos, o 1º dos princípios e diretrizes; o 2º e o 3º relacionam a ordenação territorial com os instrumentos urbanísticos que vão garantir o cumprimento dos objetivos para cada um dos segmentos territoriais previstos no plano; o 4º vai tratar da gestão democrática e participativa e o 5º disposições finais e transitórias.

Inicialmente dividimos a Cidade, reconhecemos duas grandes macrozonas no território municipal, a macrozona de proteção ambiental e a macrozona de estruturação e qualificação urbana.

Dentro dessas macrozonas temos diferentes segmentos territoriais. Na macrozona de proteção ambiental temos a macroárea de preservação dos ecossistemas, a macroárea de contenção urbana, a macroárea de recuperação ambiental e macroárea de redução da vulnerabilidade urbana.

Na segunda macrozona que é de qualificação e estruturação urbana temos três macroáreas, duas inteiramente inseridas nessa macrozona, que é a macroárea de estruturação metropolitana, a macroárea de qualificação da urbanização consolidada e também a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana.

Essas são as seis macroáreas previstas no nosso território, e as macroáreas que são objeto da nossa análise de hoje são as macroáreas evidentemente que estão presentes na macrozona de proteção ambiental.

Aqui na macroárea de preservação dos ecossistemas naturais temos os principais instrumentos aplicáveis a essa macroárea, que são as unidades de conservação, o pagamento por prestação de serviços ambientais, toda a legislação e planos correlatos, então legislação de proteção e recuperação dos mananciais, o plano municipal da mata atlântica e instrumentos que já são aplicados como o estudo e relatório de impacto ambiental, os termos de compromisso e de ajustamento de conduta entre outros.

Nessa 2ª macroárea, que é a macroárea de contenção urbana e uso sustentável nós temos esses mesmos instrumentos aplicados, mas já com algum instrumento de direito de preempção, instrumento de regularização fundiária, porque temos nessas macroáreas também a presença de alguns assentamentos precários que precisam de regularização.

Nessa macroárea de recuperação urbana e ambiental temos muito mais a presença de ocupação urbana pontual, principalmente população de baixa renda nos loteamentos

irregulares, então vamos combinar os instrumentos de preservação ambiental com os instrumentos de regularização e urbanização para a garantia de moradia digna para essa população.

Ainda na macrozona de proteção ambiental temos a macroárea de redução da vulnerabilidade urbana. Nessa área sim temos um enfoque maior para a questão da moradia dos assentamentos que de uma certa forma acabaram, por falta de infraestrutura de saneamento conflitando com aqueles sistemas ambientais que são necessários à vida na Cidade, principalmente produção de água.

Aí combinamos também os instrumentos de legitimação da posse, a regularização fundiária desde que estejam associados evidentemente a processos de urbanização desses assentamentos.

Passando para a macroárea de urbanização consolidada, que não é exatamente o nosso foco hoje, temos a macroárea de qualificação da urbanização consolidada e a macroárea de estruturação metropolitana, que é essa macroárea marcada em vermelho, ocupada originalmente no início do século XX pelas indústrias e pelas linhas de transporte de carga, as linhas ferroviárias, e que hoje apresentam uma grande oportunidade de reocupação, adensamento com qualidade urbana.

Por ser uma área que também faz a ligação com todos os municípios da região metropolitana, interior e litoral, ela se chama então uma macroárea de estruturação metropolitana. É uma área estratégica tanto do ponto de vista do desenvolvimento de médio prazo para a Cidade, não é um desenvolvimento imediato, mas também das ações prioritárias de governo.

No zoneamento temos já indicadas as zonas de preservação e recuperação ambiental no capítulo que rege o zoneamento, mas são indicações porque a lei do zoneamento é o próximo passo da revisão do marco regulatório feito pelo Executivo.

Como zonas especiais são marcadas as ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, e as Zepcs, Zonas Especiais de Preservação Cultural.

Aqui temos o mapa das ZEIS 1 a 4, no nosso caso, da macrozona de proteção e recuperação ambiental temos a presença de ZEIS 1 e ZEIS 4. A ZEIS 1 reconhece os assentamentos precários que lá existem e que precisam de uma série de instrumentos para sua regularização e urbanização, e as ZEIS 4 são aquelas áreas vazias que são destinadas à produção de novas unidades com o fim único e exclusivo de atender a população que já mora nas áreas de preservação e que precisa ser relocada porque está em área de risco, ou por uma necessidade de obra de urbanização.

Ou seja, a ZEIS 4 tem a seguinte especificidade: não traz gente para adensar a área de preservação, mas sim reloca as populações que já moram lá dentro.

Há uma garantia de produção nessas ZEIS para a população com renda de zero a três salários mínimos, que é a maior parte do nosso déficit habitacional e além disso temos também no plano diretor um eixo estratégico do plano, uma ação proposta de desenvolvimento da Cidade e de transformação do nosso tecido urbano, que são os eixos de estruturação da transformação urbana, que são os eixos de mobilidade tanto de corredor de ônibus quanto de metrô, quanto de linhas férreas. São eixos de transporte de média e alta capacidade ao longo dos quais se prevê a permissão de um adensamento habitacional maior, então podemos construir a mais, mas construir dentro de um limite de tamanho das unidades, para que mais pessoas possam morar ao longo desses eixos.

Esse mapa representa as linhas que existem hoje. É o mapa três do plano diretor e o próximo mapa, o quatro, inclui também os eixos em laranja, que são os previstos até 2016.

Então há uma tabela que mostra a relação entre o coeficiente existente máximo na região que, ao longo desses eixos de transporte, pode chegar até quatro nas macroáreas de estruturação urbana e até dois e meio na área de recuperação ambiental.

Os instrumentos vamos só elencar, vocês já conhecem muitos deles, são os relatórios de impacto ambiental, os termos de ajustamento de conduta, os termos de compromisso ambiental. E está gravada no plano a intenção de um instrumento, que é o pagamento por serviços ambientais que significa que quem tem uma propriedade, que consiga conservar aquela propriedade com seus recursos hídricos, vegetais e a biodiversidade tão necessária para que a gente consiga garantir os serviços ambientais que abastecem a Cidade como um todo, poderia receber um pagamento por isso. Esse instrumento não está regulamentado, não é autoaplicável, mas existe a previsão de ser regulamentado por lei específica.

O título três do plano diretor vai tratar das ações prioritárias. Então enquanto no dois nós previmos um desenho de cidade, o projeto de cidade está lá colocado no dois, o três vai especificar quais são as ações que o Poder Público tem de fazer para que de fato aquela intenção saia do papel e se concretize na prática. Então são as ações prioritárias do Poder Público que devem ser executadas ali para que isso aconteça.

No campo do meio ambiente que é o tema que estamos tratando, nós temos ações prioritárias no sistema ambiental. Esse sistema é composto pelas áreas verdes, pelas áreas de preservação permanente e temos o plano municipal de conservação das áreas de serviços ambientais, o plano municipal de arborização e o plano municipal da mata atlântica.

Aí temos um mapa onde estão demarcados os parques e áreas verdes prioritários. Aqui temos também sistemas no saneamento, que é água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. A imagem está ruim, mas vocês encontram isso no mapa seis.

Aqui é abastecimento de água, esgotamento sanitário e a gestão integrada de resíduos sólidos.

Temos ações no sistema de mobilidade, que é o sistema viário estrutural, ações prioritárias nesse sistema, no transporte público, coletivo, então toda rede de corredores municipais, nos equipamentos urbanos, sociais e com a rede de CEUs.

Na habitação o plano municipal de habitação e o plano municipal de áreas de risco. Aqui o mapa das áreas de risco.

Enfim, era essa a breve apresentação que trouxemos. No título quatro temos os instrumentos de monitoramento e de participação no sistema municipal de desenvolvimento urbano, que tem os conselhos participativos, os conselhos das subprefeituras, todas as instâncias de participação e os instrumentos de participação.

Tratamos também do Fundurb, que é o Fundo de Urbanização que recebe os recursos da outorga onerosa e que deve aplicá-los prioritariamente nas áreas de redução da vulnerabilidade urbana, conforme o artigo 22 do plano.

Era essa a apresentação que o Executivo trouxe para iniciar os debates do plano diretor. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado a Tereza, Secretária Adjunta.

Dando continuidade, estamos vendo a importância que Parelheiros tem para a Cidade, sem dúvida nenhuma é um grande pulmão da Cidade, uma das áreas mais bonitas, mas não é porque é uma reserva ecológica que temos de paralisar a região de Parelheiros.

Ou seja, Parelheiros pode e deve ser preservado se tiver um planejamento com atividade para quem mora em Parelheiros. Não é justo manter uma região onde as pessoas são obrigadas a andar duas horas e meia para chegar ao lugar de trabalho. E é perfeitamente possível, como se vê no mundo inteiro, compatibilizar atividade econômica e preservação. Precisamos justamente planejar Parelheiros para que ela continue tendo suas 170 cachoeiras, a cratera de Colônia preservada, os 300 agricultores que estão lá. Sempre imaginei que se pode plantar o viveiro de mudas da Cidade naquela região, outro tipo de agricultura. Enfim, tem muita coisa para fazer que gera emprego, gera renda e não afeta o ambiente.

Vamos passar para o segundo tema da audiência de hoje, que é o aeródromo de Parelheiros. Convido o Sr. André Skaf para fazer uma apresentação de 15 minutos.

O SR. ANDRÉ SKAF - Bom dia. Agradeço ao Presidente da Comissão, Vereador Andrea Matarazzo, pela oportunidade de apresentar o nosso projeto. Na sua pessoa cumprimento todos os Vereadores, Goulart, Police, Alfredinho, Ricardo Nunes, Milton Leite, Nabil Bonduki e Ricardo Young.

Vou começar a apresentação passando um vídeo rápido.

- Apresentação audiovisual.

O SR. ANDRÉ SKAF - A apresentação desse vídeo é só para esclarecer alguns pontos em relação ao projeto. Muita gente fala diversas coisas e o que a gente vê é falta de informação, então a ideia é trazer mais informações para vocês.

Começamos a trabalhar esse projeto há cerca de três anos. Estudamos todas as necessidades da aviação, tanto comercial como executiva, e chegamos à conclusão de que o Brasil precisa, sim, de um aeródromo executivo. O País tem hoje a segunda maior frota do mundo. Em poucas coisas o Brasil é o segundo do mundo. Na aviação executiva somos o segundo maior do mundo. São Paulo, com o tamanho que tem, tem dois aeroportos operando na capacidade máxima, então trazer uma nova solução de infraestrutura é o nosso dever e nossa obrigação. Como empreendedores, não temos medo de correr riscos, de investir e de desenvolver esse tipo de projeto.

É muito importante para nós, principalmente na questão do desenvolvimento econômico, é a questão ambiental. Muitos falam dos pontos ambientais do nosso projeto. Presidente, quero começar esclarecendo item por item.

Afirma-se que não estamos cumprindo a Lei da Guarapiranga, então estou protocolando hoje o parecer técnico do Professor Édis Milaré, especialista em meio ambiente, que mostra que estamos seguindo a regra da lei.

Segundo ponto: muitos andam afirmando que a nossa área tem cerca de 56 nascentes e que estamos destruindo essas nascentes e atacando os mananciais de Billings e Guarapiranga. Isso não é verdade e trago também para protocolar a carta do IGC que

demonstra que a nossa área tem oito nascentes e que estamos desviando das oito. Então não estamos atacando a água como tem sido dito, até porque a água é importante para todos e para nós também.

Acreditamos em projeto sustentável, não acreditamos em outro tipo de projeto. Sou de uma geração - tenho 32 anos - que nasceu envolvida nas questões sociais e ambientais. Com 20 anos ingressei no AfroReggae; na Cufa - Central Única de Favelas; ajudei na fundação do Todos pela Educação; hoje tem escolas do parceiro da educação; fui condecorado pelas Forças Armadas por trabalhos ambientais realizados na Amazônia.

Quer dizer, não temos objetivo algum além de fazer e ajudar o desenvolvimento econômico de uma região que hoje precisa de tudo, não só de um aeródromo, de geração de emprego. Precisa de escola, de hospital, de moradia, de tudo. Toda vez que a gente vai para aquela região e conversa sobre o nosso projeto, a gente sente o quanto a população tem necessidade de geração de renda. O senhor mesmo comentou que tem gente que leva duas, três horas por dia para ir trabalhar e deixa seus filhos sabe-se lá com quem, depois fica se preocupando como é desenvolvimento humano da Cidade.

Eu defendo esse projeto porque acredito piamente nele. Não é só uma questão econômica, é uma questão de desenvolvimento. Aeródromos e aeroportos serão construídos nos próximos cem anos ou em grandes áreas de fazenda ou em áreas de preservação ambiental. É assim no mundo inteiro. Hoje tem exemplos no Brasil. São Gonçalo do Amarantes é um aeroporto construído numa área de proteção ambiental. A expansão do Aeroporto de Confins está sendo feita numa área de proteção ambiental.

Existem razões para isso, até porque essas grandes áreas estão no entorno das cidades e a logística aeroportuária precisa ter agilidade. Segundo, porque as regras da aviação atuais, somadas às regras ambientais, criam um anel de proteção ainda maior, então isso faz com que se preserve melhor a região, porque é preciso preservar os contes de aproximação.

Não vou me prolongar, porque quero mostrar algo que ainda não mostramos, vamos mostrar pela primeira vez nesta audiência pública. Quero convidar o professor Benedito Abbud, um dos principais urbanistas deste país, que neste ano recebeu um dos principais prêmios de sustentabilidade do Brasil, e gostaria que ele mostrasse o que estamos fazendo pelo meio ambiente, o que e como vamos preservar; em relação às águas, não vamos destruir nascentes, vamos tratar efluentes, vamos fazer tudo que cabe fazer num projeto sustentável.

Passo a palavra para o Benedito Abbud para uma apresentação rápida.

O SR. BENEDITO ABBUD - Bom dia. É um prazer estar com vocês. Quando o André me convidou para fazer esse trabalho das áreas de lazer, dos parques da região, fiquei bastante preocupado no início, porque sabia que era uma área de proteção de mananciais, mas eu quis entender antes de dizer “não”. Quando vi o EIA-RIMA, comecei a ficar cada vez mais interessado, cada vez mais entusiasmado. Hoje, confesso para vocês, estou muito entusiasmado mesmo com esse projeto que faz algo fundamental em São Paulo, que é a conexão das áreas verdes, a conexão dos parques, coisa de que nós precisamos muito e acredito que vamos começar a conseguir.

Por favor.

Aqui está a localização dele em Parelheiros. Pode passar. O terreno tem aproximadamente quatro milhões de metros quadrados, mas não em toda área vai ser feito o aeródromo. Quando se fez o aeródromo eu estava muito preocupado com as nascentes.

Próximo. Aqui vocês veem as nascentes destacadas, as APPs e as nascentes todas preservadas para a área do aeródromo.

Pode passar. A ideia é construir nesses quatro milhões de metros quadrados um parque de 1,4 mil metros quadrados nessa região destacada em mais escuro, que não está diretamente ligado ao aeródromo.

Próximo. Esse parque terá trilhas permeáveis, preservando e enriquecendo ainda mais com espécies nativas a vegetação existente. Tem áreas planas, áreas mais declivosas. Será um parque para uso de todas as faixas etárias, o que é muito importante para a região.

Próximo. Vai ter também viveiros. Como disse o Presidente, colocar os viveiros da Cidade nessa região é muito interessante, inclusive tirar as árvores do Ibirapuera, depósito, mas colocar aí viveiros de espécies nativas e também abrigando pequenas construções sustentáveis que serão museus nessa região. A intenção é ter sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade cultural e a sustentabilidade social.

Pode passar. Aqui está a preservação, Além desse parque, a ideia é preservar mais dois milhões de metros quadrados ao norte. Aqui estão inclusive os proprietários dessas áreas para atestar a vontade de fazer essa área de preservação.

Próximo, por favor. Nessa área de preservação vamos ter a área destinada a ensino e pesquisam, principalmente, porque aqui, sim, estão as áreas mais importantes de vegetação da região.

Pode passar. Temos uma comparação. Toda a área verde daria por volta de 3,4 milhões m². que daria mais de dois Parques Ibirapueras, para dar uma noção da área.

Próximo. Mais do que isso, o que me deixou muito entusiasmado, temos dois importantes parques na região. O primeiro seria o Parque Natural Municipal Jaceguava, mais ao norte; ao sul temos o Parque Estadual da Várzea do Embu-Guaçu. Esse projeto está exatamente no centro, fazendo uma conexão que daria um contínuo de aproximadamente 7,4 milhões m² de área de parque para a população. Acho que é isso que todos querem e é isso que precisamos conseguir.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado, Sr. Benedito Abbud.

Tem a palavra a Sra. Simone Miketen, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Divisão de Unidades de Conservação e Gestora do Parque Natural Jaceguava, por dez minutos, por favor. A Sra. Simone vai falar sobre agricultura orgânica.

A SRA. SIMONE MIKETEN - Bom dia. Meu nome é Simone Miketen. Sou socióloga por formação, acabei um mestrado em Ciência Ambiental pela USP. O tema do mestrado foi agricultura e conservação ambiental, o caso da APA Bororé/Colônia. Trabalho na Secretaria do Verde, faço parte da gestão das unidades de conservação. Sou gestora do Parque Natural Jaceguava, que apareceu nos *slides*. Mas não estou aqui para falar do aeroporto. Minha fala é mais direcionada ao plano diretor, às áreas rurais e à agricultura. O aeroporto para mim é numa outra instância. Inclusive a gente está fazendo a análise técnica com os dados da área, enfim, outro contexto.

Gostaria de começar minha apresentação não trazendo dados. Gostaria de levar vocês para a área que é Parelheiros, principalmente do Rodoanel para baixo, onde tem Capela do Socorro, outra subprefeitura muito importante. Particpei do grupo de meio ambiente da revisão do plano diretor enquanto ele estava no Poder Executivo, pela Secretaria do Verde, e vejo muito dificuldade de as pessoas entenderem o que é essa área, o quanto ela é diferente de toda configuração que tem no Município de São Paulo.

Aqui tem as unidades agrícolas. Aqui é a várzea do Rio Embu-Guaçu. Aqui é no Distrito de Marsilac. Quero que as pessoas vejam não a beleza da foto, mas a biodiversidade. O que tem que ficar bem claro é que na zona sul do Município de São Paulo tem uma grande quantidade de mata nativa que não se encontra no interior do Estado. O interior é completamente tomado por cana, então a gente tem um privilégio. Essas copas todas juntas mostram o quanto tem de mata biodiversa e muito importante no Município. Aqui a gente chega na Serra do Mar, onde tem o mar de morros. Aqui, para finalizar, a Cachoeira do Capivari, que é espetacular.

Estamos falando de plano de diretor e das macroáreas ligadas ao ambiental. Quando se fala em macroáreas ambientais, tem a porção sul do Município, porção norte e porção leste. A minha fala está um pouco mais direcionada para a porção sul do Município, que é onde auto diretamente, mas tem uma série de fragmentos importantes em outras regiões do Município.

Quero mostrar primeiro as unidades de produção agrícola mapeadas. A Secretaria do Verde, junto com a Supervisão de Abastecimento... Na verdade isso ainda está em trâmite, está sendo feito um levantamento de unidades de produção agrícola. Unidade de produção agrícola não é ter uma agricultura no quintal. É uma agricultura voltada para comercialização. Esses pontinhos na zona norte, na zona leste, na zona sul mostram unidades de agricultura voltadas para comercialização. É o agricultor, o caipira mesmo, que tem uma produção voltada para o mercado. Todas essa bolinhas são unidades de produção.

Na zona sul do município tem alguns dados, mas o dado mais importante é que são 316 unidades mapeadas, mas acreditamos que exista pelo menos o dobro disso lá. Tem uma cooperativa, a Cooperapas, inclusive a Lia está aqui e é uma representante da cooperativa que faz comercialização.

A zona norte também tem agricultura, menos expressiva. Estão mapeadas cerca de 40 unidades de produção agrícola. Na zona leste tem cerca de 70 unidades de produção agrícola, mas com um caráter um pouco diferente; também é para comercialização, mas tem muita agricultura embaixo de linhão, algumas hortas coletivas, com gleba menor, produção menor.

Quando se fala de agricultura, ouço muitos discursos que parecem querer apagar o que aconteceu, principalmente na última década, na zona sul. É importante trazer para o debate que existe um processo de transição agroecológica acontecendo. Existem ali agricultores certificados que estão, cada vez mais, não usando mais agrotóxico, adubação química. Estão fazendo uma agricultura chamada orgânica, com compostagem, que preserva

os lençóis freáticos, porque ali é área de mananciais. Tudo o que se faz na zona Sul é muito frágil e precisa de uma série de licenciamento e restrições muito importantes.

Eu trouxe esse quadro para mostrar que é muito interessante esse processo de transição agroecológica ou pro-orgânico, como se fala, porque tem o Poder Público ativo nesse processo. Tem a Secretaria do Verde atuando através dos projetos Fema, que deu assistência técnica e capacitação para os agricultores fazerem esse processo de transição. Assim como se tem uma casa de agricultura ecológica ali e uma série de programas.

Estou falando de todo esse cenário porque, na verdade, minha fala aqui é a favor do rural. O que é esse rural. Muitas pessoas associam essa palavra diretamente à atividade agrícola, então, se pensa que havendo atividade agrícola se tem o rural. Mas falar do rural é algo muito mais amplo, porque envolve o manejo da biodiversidade e a aptidão que aquela área tem para potências ambientais, por exemplo, silvicultura, parques, monitoramento, tudo isso faz parte do rural.

Quando a gente fala de um território e não de uma atividade, estamos falando de um território em que existem pessoas morando. Essas pessoas têm o direito de ir e vir, de ter a sua casa, escola, infraestrutura e uma série de coisas. Para isso, podemos pensar na infraestrutura rural.

Parelheiros tem uma aptidão, sim, ou seja, as pessoas podem morar lá. Esse mito de que as pessoas não podem morar lá está fora de cogitação porque as pessoas já moram. Não há como blindar aquela área, dizendo que as pessoas não podem mais morar ali. As pessoas que estão ali têm que morar com dignidade, só que ao mesmo tempo, não precisam ter o shopping center ou o asfalto. Essa dignidade pode ser escolas técnicas agroecológicas, estradas rurais, o cavalo poder andar a charrete; ter hospital e infraestrutura para a região, mas toda infraestrutura tem que se coadunar com a realidade daquele local, porque, principalmente, a água que tem ali é um patrimônio de todos, um patrimônio mundial. Tudo é sistêmico. Se você tem ali conectividade de corredores, com remanescentes de florestas, se você tem fauna -

porque sem os animais, não se consegue ter semeadura e ter , de novo, a floresta -, se você conseguir adequar todos esses sistemas, você pode, sim, trazer qualidade de vida.

Então, quando se fala em território rural, não se está falando de atividade agrícola, mas de um conjunto de componentes que trazem a estrutura rural.

O plano diretor fala de imóveis rurais, de uma série de coisas, mas não se fala do território, que precisa ser esquadrihado. E o nosso apontamento de onde seria esse território: temos duas unidades de conservação de uso sustentável que são as AVAS Capivari e Bororé-Colônia. Essas duas unidades na lei federal já são território rural, então, falta apontar. Tem outra região de Parelheiros de Jaceguava, onde tem a várzea do Rio Embu Guaçu, o principal contribuinte da Guarapiranga, onde você tem o reservatório Guarapiranga que abastece a Cidade, ali também tem aptidão. Se você anda, ali é rural; tem o agricultor, estradas rurais e toda configuração. O grande problema dessa área é o adensamento e, sem fiscalização, não adianta a gente trazer mega empreendimentos, se não se fiscaliza a área.

Tive uma ocorrência em que pegamos o cara em flagrante. Ele estava cortando 300 árvores e bosqueando uma área gigante. Tinha vários homens da GCM e da Polícia, mas era inoperante, pois não tinha ali ninguém que pudesse autuar um crime ambiental, então, a gente precisa ficar pedindo para outra Subprefeitura. Parelheiros precisa ter uma fiscalização ligada a crimes ambientais e para ter um filtro de adensamento.

Para mim, a morte de Parelheiros é se tornar Pinheiros, que está todo impermeabilizado, com muita poluição. Se acontecer o adensamento de Parelheiros, para mim, isso é acabar com uma das últimas regiões perto do Município que podem trazer qualidade de vida. Essa qualidade de vida é água, ar, coisas vitais, ligadas a todas as centralidades.

Para finalizar, se a gente trazer o rural, e o território a ser apontado é do Rodoanel para baixo.

Um grande gargalho que temos é a regularização fundiária, pois temos terrenos que recebem cobrança do imposto urbano misturado com o imposto rural. Precisamos resolver essa situação porque esse rural do Rodoanel para baixo não é tudo rural. Existe ali um recorte de áreas que já são consolidadas. Essas áreas são urbanas e têm que continuar urbanas, elas estão dentro desse recorte.

Quando se pensar o rural, haverá espaço para o urbano dentro desse rural, mas também espaço para esse rural, para que não tenhamos o adensamento dessas áreas, e existem órgãos federais e estaduais, como INCRA, que são os responsáveis para fazer a regularização rural. Esse rural vai alavancar políticas públicas para os agricultores e todo um manejo da biodiversidade da região poderem ser contemplados, porque se você decreta um território como urbano, da maneira que está, não se consegue alavancar. Não adianta a gente ter um programa de agricultura urbana para unidades de produção ligadas à comercialização.

A minha fala vem nesse sentido: quando você tem o rural, não tem o parcelamento urbano; tem o lote de 20 mil metros quadrados, que podem ser melhor protegidos.

Evitar o parcelamento do solo e trazer fiscalização para a área são duas coisas fundamentais que a gente precisa trazer para poder proteger.

É isso, gente.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Parabéns, Dona Simone, a senhora conhece realmente o lugar e tem uma visão mais moderna da atividade e da preservação.

Quero chamar a Sra. Loyd Vidal Parlato, que vai falar sobre a atividade turística.

A SRA. LOYD VIDAL PARLATO - Bom dia a todos. Meu nome é Loyd. Sou Arquiteta Urbanista. Comecei em SMDU - hoje conversando com Teresa, a gente teve grandes afinidades -, hoje, estou em Parelheiros, naquela área maravilhosa.

Vim trazer a fala sobre uma atividade que, enfim, na verdade, vou complementar a fala da Simone. Ela colocou a questão da agricultura, um dos grandes eixos de Parelheiros e outra atividade completamente compatível com a região é a de turismo.

Fiquei muito grata quando cheguei a Parelheiros, neste ano, apesar de ter trabalhado na zona Sul por muito tempo, e já havia um grupo montado, discutindo sobre turismo.

Então, o turismo já estava bem firme na região. O que a gente fez foi juntar todas as ideias e montar um plano porque o nosso Prefeito, em visita à área, se encantou com a área e, na ideia dele, ele formar uma Brotas Parelheiros. Não queremos tanto, mas, com certeza, a gente pode chegar lá.

Depois da ideia do turismo, várias ideias se juntaram para o desenvolvimento desse plano, inclusive, o PL 294, do Vereador Alfredinho, que cria o polo de turismo de Parelheiros.

Então, o nome do plano é plano de desenvolvimento do polo de turismo de Parelheiros.

A justificativa, a meu ver, tem tudo em respeito à região de Parelheiros:

Em nome da proteção ambiental, a região foi praticamente abandonada, como se não fizesse parte do Município.

Hoje, a população de lá tem esse sentimento de abandono, de não pertencer a uma região, porque lá é uma região dormitório. É uma região tão bonita que é uma pena que seja dormitório, pois muita gente poderia morar e se sustentar lá, aproveitando o que a região tem de bom.

Se a intenção era mantê-la intacta, o resultado não foi o esperado. Terras desvalorizadas atraem ocupação irregular, desvalorizando-as ainda mais e alimentando o ciclo perverso de degradação ambiental e exclusão social.

A reversão do processo é não impedir os usos da terra, mas planejá-los e criar novas condições para atração de atividades desejáveis.

Particpei de vários outros planos diretores e a minha culpa, também, a gente colocava muito “não” para aquela região, a fim de que fosse preservada. O “não” acaba criando atividades perversas e 90% da região não é regularizada. O bom é dizermos “sim” para o que pode acontecer lá, com usos compatíveis para a região e com a preservação dos mananciais.

Como já foi falado: a água de lá vai para mais de 40% de São Paulo. Realmente, ela precisa ser preservada.

O desenvolvimento sustentável do turismo se justifica a possibilitar atrair divisas, diminuindo assim as diferenças regionais, ampliando as ofertas de emprego e dando um uso compatível com a preservação - essa ideia é o foco principal do turismo na região.

Hoje, estamos tendo um aumento do número de turistas ano a ano. A figura azul mostra o ano de 2000 e o vermelho mostra 2012, o turismo vem aumentando mesmo sem infraestrutura de turismo.

O potencial que temos hoje é de 2.400 leitos em pousadas, 160 leitos em motel e 150 vagas em camping.

A expectativa para a implantação dos roteiros turísticos temáticos em Parelheiros na Copa do Mundo 2014.

A Copa de 2014 vai ser uma alavanca para a região de Parelheiros, como turismo.

Em cinco anos, a estimativa é que se ofereçam 12 mil empregos diretos, 1 milhão de turistas visitando Parelheiros por ano e 100 milhões o valor que os turistas poderão deixar em Parelheiros.

Fizemos três roteiros turísticos: esse plano abrange região de Parelheiros, Marcilac e Ilha do Bororé, que é na Capela do Socorro. Então, Capela e Parelheiros estão juntas nesse plano.

Montamos quatro tipos de roteiros turísticos: roteiro religioso, o histórico-cultural, o Mata Atlântica e o Náutico.

Dentro do roteiro religioso, temos alguns atrativos políticos, um dos maiores é a Igreja Messiânica, temos, também, o Centro Pólos, o Templo Budista, e , em todos os roteiros, temos a agricultura fazendo parte dos roteiros, pois, cada uma tem um produto característico e todos os serviços disponíveis em cada roteiro.

Aqui estão algumas fotos do roteiro religioso, desde as Igrejas, Templo Budista, Solo Sagrado, a questão do antroposófico do Centro Pólos, o Afro.

Depois, o roteiro histórico-cultural, a maior concentração de atrativos turísticos, onde se encontra o centro de Parelheiros, a colônia alemã, as aldeias Krukutu e Tenonde Porã, a Barragem, várias cachoeiras, enfim, o maior número de artesãos e artesanato, onde se concentra toda a questão histórica e cultural da região e os serviços disponíveis naquela área.

Aqui vemos algumas fotos do roteiro histórico-cultural desde a Cratera de Colônio, um fenômeno geológico na região, aldeias indígenas, a Casa de Taipas, o cemitério mais antigo de São Paulo, o Cemitério Alemão, a Estação Evangelista de Souza e outros. Junto com essa tradição cultural, temos várias festas, desde o carnaval, como a Colônia Fest, que atrai bastante público, aniversário de Parelheiros e outras mais. Na última reunião do Conselho, elencamos umas 14 festas tradicionais de Parelheiros.

O roteiro Mata Atlântica os atrativos são mais voltados à agricultura, mas há, também, algumas questões de preservação, edifícios preservados como a Igreja do Gramado, temos a Colônia Japonesa nesse roteiro, algumas cachoeiras e o Parque Estadual da Serra do Mar que, hoje, talvez, seja um grande atrativo nessa região como um todo. Para quem não fez uma trilha nesse parque eu recomendo. É maravilhoso.

Não parece que estamos em São Paulo, mas estamos. Vemos muitas cachoeiras e a imagem de dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, também, há o *rafting*, que já está funcionando, mas precisa de mais estrutura. Toda a parte de agricultura orgânica, a ideia de colocar portais em locais estratégicos.

Temos, também, o roteiro náutico, que fica na Capela do Socorro, onde há vários atrativos turísticos, mas o principal é a Represa Billings com várias possibilidades. Faz parte também do projeto de turismo todo sistema de parques de Parelheiros, desde os cinco parques naturais que estão em amarelo, vários parques lineares e o parque estadual.

Eu não vou ler as propostas, mas são várias e saíram de um primeiro seminário que tivemos dia 05/09, elaboradas pela Prefeitura junto com o Conselho.

A proposta está dividida em três fases: a primeira são ciclovias na Estrada da Colônia e do Marsilac. Essa primeira fase, estamos pensando em 05 de janeiro estar pronta. É um conjunto de 27,3 quilômetros de ciclovia, num total de 7 milhões de reais. A SPTuris também já bolou junto com a gente a estruturação do PAT e a criação da marca para a região.

A segunda fase é a da ciclorrotas que atende todos os roteiros, num total de 122 quilômetros e 12 milhões de custo.

Também temos a ideia de utilizar a faixa de domínio da ALL com uma ciclovia, que ligaria Varginha à Estação Evangelista, sendo 21 quilômetros de faixa de ciclovia. Outra ideia é junto com o Estado fazer a ligação de Embur até o parque através do programa melhor caminho, num convênio com o Estado. A SPTuris também tem, nesse médio prazo, um plano de turismo e sinalização e o site do polo de turismo de Parelheiros.

A longo prazo, até o final de 2014, os roteiros guiados de ônibus, de bike, e a revitalização e melhoria da acessibilidade do centro de Parelheiros. Sem haver essa melhoria no centro de Parelheiros vai ser muito complicado incrementarmos o turismo na região.

São sete Secretarias envolvidas no projeto e creio muito que isso vai acontecer.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado.

O que estamos vendo aqui é que Parelheiros tem muitas alternativas e um potencial muito grande para gerar renda e, sempre digo: é mais cômodo falar que é reserva ambiental e não fazer nada. Não fazer nada vai significar uma ocupação desordenada,

bagunçada e a deterioração da região. A gente precisa planejar e ocupar de forma planejada, gerando atividade econômica, renda e trabalho para quem mora lá.

Precisamos ocupar de forma planejada gerando atividade econômica, renda e trabalho para os moradores da região.

Estamos discutindo esses três temas importantes no momento, mas discutiremos Parelheiros de forma geral, inclusive, há cerca de dez projetos de vários vereadores da região para apresentarmos.

Passarei a palavra aos Srs. Vereadores. Quem for de Parelheiros ficará feliz pelo peso da Bancada de Vereadores que tem interesse na zona Sul e que está presente. São os Srs. Vereadores: Goulart, Nabil Bonduki, Alfredinho, Ricardo Nunes e Milton Leite. Os Srs. Vereadores Jair Tatto e Arselino Tatto pediram desculpas pela ausência, pois estão em outra audiência pública, mas também estão batalhando pela zona Sul, em especial, por Parelheiros. Vale a pena acompanharem os projetos de lei de tais vereadores relativos à zona Sul. Dedicam-se em tempo integral à zona Sul de São Paulo.

Tem a palavra o Vereador Milton Leite, que terá cinco minutos para sua manifestação, se assim for possível.

O SR. MILTON LEITE - Obrigado. Bom dia, Sr. Presidente, demais Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Tentarei falar no tempo de cinco minutos.

Vi diversas exposições, mas parece que as pessoas preferem não tocar na ferida. Nasci às margens da Represa Guarapiranga e vivi lá. Aprendi a atravessar a represa a nado. Assisti a sua degradação, o que muito me dói. Vi muita gente dando pitaco, às vezes, de maneira incorreta.

Todos os ambientalistas disseram que estão defendendo a produção de água. Ótimo. Fizemos, Sr. Presidente Andrea Matarazzo e senhores presentes, a Lei Capivari-Monos e esta Casa, através de mim e de outros Srs. Parlamentares, confinou a Rodovia do Rodoanel e as tipificamos como categoria zero para evitar a degradação da região. Depois, tipificamos e

enquadramos o Rodoanel naquela. Essa foi uma tipificação da criação das reservas Capivari-Monos que a Casa votou. Foi o maior avanço que houve na região a nível de preservação.

Todavia, estamos falando da produção da água lá em cima. Ótimo. Vou abordar um pouco esse tema e em seguida falarei um pouco sobre o aeródromo. É importante, Sr. Presidente, que as pessoas prestem atenção.

As nascentes todas da Represa Guarapiranga têm como objetivo a preservação da água. Assistimos dentro da Represa Guarapiranga uma tristeza enorme. Não tenho coragem mais de nadar lá, pois a água está totalmente poluída, não bastasse a poluição da população local e as pessoas não gostam de falar sobre isso. Mas, vou me estender um pouco sobre esse assunto. Nossa produção de água e as nossas reservas estão boas.

Em Nova Iorque, por exemplo, em Manhattan, buscam água a 200km. Pagam para o sitiante proteger a sua nascente, para que comprem a sua água. O nosso sitiante nós tratamos a pauladas e o meio ambiente aplicando-lhes multas. Deveríamos incentivá-los a proteger essas nascentes e a produção de água, se possível até com isenção. O Plano Diretor precisa tratar disso, Secretário Nabil Bonduki, pois a proteção das nossas nascentes com incentivos para o sitiante que as receberem é importante. Isso não foi abordado e é possível que abordemos esse assunto e coloquemos a proteção das nossas nascentes, tanto das represas às margens do Manancial Billings quanto da Guarapiranga. Que elas cheguem com qualidade lá dentro. Faça a instrução, pois temos o programa do aeródromo.

Ora, como contrapartida, poderiam ofertar instrução fornecendo proteção a esses sítiantes que estão na região, dando curso e mostrando a eles a importância da proteção às nascentes. O Poder Público poderia dar incentivo. Esse é um ponto que queremos abordar e discutiremos a proteção às nascentes mais à frente.

Trataremos agora um pouco sobre a questão da poluição da Represa Guarapiranga. Temos visto e assistido hoje ocupações desordenadas das margens, tanto da Guarapiranga quanto da Billings muito preocupantes.

Lutei muito nesta Casa para implementar o Programa Mananciais. Foram incentivados bilhões de reais e pararam os investimentos para a recuperação dos mananciais. Recuperaram e canalizaram muitos esgotos.

Aos ambientalistas presentes, quero chamar a atenção, por exemplo, a um bairro chamado Jardim Aracati, Chácara Bandeirantes. Temos um problema grave na região. Toda aquela bacia necessita de uma bomba para jogar o esgoto para a rede e a Sabesp ignora o fato. A Prefeitura está numa briga para a compra dessa bomba de recalque para jogar o esgoto nessa rede. Sabem para onde vai, senhoras e senhores? Para a Represa Guarapiranga, a água que abastece três milhões de habitantes e estamos brigando permanentemente para que seja instalada essa bomba. Para jogar o esgoto na rede para ser tratado, bombeado. Lutamos e conseguimos colocar uma bomba no Sítio Cavalão Branco. Estamos protegendo a represa. Recuperamos quase todos os córregos às margens da Represa Guarapiranga: Córrego de Itupu, Córrego Fujihara, metade recuperado, metade por Programas Mananciais. Falta de investimento, que agora está no Orçamento do Município.

Mas, Vereador Nabil Bonduki, pouco fizemos no Plano Diretor. Nossas intervenções ainda acontecerão no Plano Diretor, porque temos que cuidar. O mais grave em relação à questão do meio ambiente é orientarmos a população para que não faça a ocupação, mas que se dê alternativa habitacional. É importante a alternativa habitacional, as pessoas não invadem porque querem. (Palmas)

Ninguém está invadindo porque quer, mas porque as pessoas são jogadas, atiradas a um canto, sem alternativa habitacional. São empurradas e há necessidade de que a sociedade junto com o Poder Público se faça presente para aquelas áreas que, se vierem a ser ocupadas, de maneira ordenada, dentro de uma legislação, respeitando, dando primeiramente a infraestrutura urbana que se faz necessária como rede de água e esgoto. Não podemos permitir a ocupação desordenada como há hoje.

Sr. Presidente Andrea Matarazzo, V.Exa. esteve comigo naquela região recuperando tantas áreas com o Programa Mananciais e agora está parado por falta de recursos. Receberemos recursos federais da ordem de quase 1,2 bilhão de reais que permitirão um avanço enorme.

Mas, na outra ponta, a Secretaria do Meio Ambiente, tanto do Estado, como do Município e as autoridades florestais não vão às ocupações feitas de forma errada para orientar a população e não baixar o chicote e o porrete de que se trata de área de proteção. É preciso obedecer aos critérios legais, dar infraestrutura, mostrar os caminhos possíveis de habitação disponibilizada para o povo. Tanto na região do Grajaú quanto na de M'Boi Mirim há só duas ocupações e quase cinco mil famílias. Cinco mil famílias equivalem a um município. Não é possível fazer uma abordagem pura e simples dessa forma.

Vamos tratar disso, porque temos diversas ZEISs que permitem, tratando desse tema da lei das Represas Guarapiranga e Billings, a verticalização. Mas, vemos muito pouco por parte de Poder Público. Os programas habitacionais que estão parados causam essa poluição na represa. As pessoas vão e jogam o esgoto direto na rua.

Esse é outro problema, a falta de um programa de educação. Um programa que o Poder Público e a Sabesp recebe. Esse povo não faz favor nenhum a eles. Que a Sabesp peça à população que já tenha rede de esgoto, que o ligue na rede. Os dejetos desse esgoto sairão provavelmente nas torneiras dessa água que bebemos. São três milhões de pessoas que a utilizam.

Não vejo nenhum ambientalista em uma área de invasão dizendo que é preciso fazer um trabalho de conscientização. Simplesmente dão no pé. É importante compartilhar os momentos de alegria e tristeza de povo. Sobra para alguns políticos. (Palmas)

Diariamente temos de enfrentar problemas de “n” naturezas tentando conscientizar a população. Conseguimos esse avanço, o Programa Mananciais. Não é suficiente, precisamos de mais programas como esse. É muito difícil cuidarmos dos discursos acadêmicos. Não

bastasse isso, na Represa Guarapiranga, assistimos os municípios vizinhos, como o córrego que vem de Embu-Guaçu. Temos de assistir de braços cruzados. No córrego que vem de Itapeperica é a mesma coisa. O que vem de Taboão da Serra até a Represa Guarapiranga não podemos fazer nada. Já estamos fazendo com uma bomba para mais de oito mil famílias, que jogam esgoto dentro da Represa de Guarapiranga na altura da Ponte da Baronesa.

E os ambientalistas não fazem nada. Ficam preocupados com a questão do aeroporto, que terá impacto mínimo para a região, mas não jogará uma gota de esgoto dentro da represa. Estará cumprindo a lei. A minha intervenção a respeito do aeroporto é “cumpra-se a lei”, tanto as licenças ambientais, as propostas, as licenças municipais. Pelo que vi da exposição do Sr. André, está disposto a cumprir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE - Lá é tipificado como uma NR-3, uso especial. O que tínhamos neste país eram aeroportos dentro de áreas de proteção como Guarulhos, Campinas. Está se expandindo uma área similar a essa. Quase todos os aeroportos do Rio de Janeiro estão em área de proteção, assim como Manaus, Belém, etc. Estão todos tipificados. O que se cobra deles é o cumprimento da lei e que não se polua, que se respeite. Vi o parecer - acho que do Daniel - e o impacto é mínimo. Temos tanta desgraça na região e estamos fazendo uma batalha para o Aeroporto.

Entendo que trará um desenvolvimento sustentável para a nossa região. Esse é um grande desenvolvimento sustentável, mas podemos debater - e sou favorável - dentro das regras propostas que aqui estão. Por que estão? Estamos discutindo o Plano Diretor futuro. Se não votarmos a lei é a atual.

Vamos defender, sim. Não há problema algum. O que não defendo é a omissão de parte da sociedade diante de problemas tão graves, que vêm aqui xingar ou brigar por outro aeroporto, mas nunca vão ao Córrego São José para conscientizar as pessoas. Nunca foram para a cabeceira do Rio Embu-Guaçu ou para ver os seus poluentes. Nunca foram ver os

poluentes que existem no local. Não adianta eu brigar pela proteção de água - temos as reservas - senão preservo a mesma.

Produzo água e nada? Cadê a proteção da nossa água? Estamos brigando pela água, estamos dando exemplo de que o mundo paga, compra água, que é um produto caro. Temos que cuidar não só de uma ponta, fazendo um discurso bonito, maravilhoso, mas vamos olhar o todo que temos da região. Não aceitamos aqueles que não são de lá para contribuir. Que contribuam num todo, mas não fiquem atuando num só, jogando pedra. Estamos contra e sabemos das nossas responsabilidades e do que deve ser feito na região. (Palmas)

Estamos muito bem instruídos a respeito disso. Conhecemos claramente os problemas que temos. Não dá para aceitar, as pessoas vêm e falam. Ouvi maravilhas da discussão. Ouvi falar da agricultura sustentável. É claro que elevaram para orgânico, porque ainda é a agricultura da região com defensivos agrícolas. Para onde vai a água? Choveu, vai para córrego ou represa. Tudo isso vai para a represa. É uma forma de poluição grave. A agricultura, à medida que não receba, que não seja orgânica em área de proteção de manancial é perigoso, é danoso. É preciso dar instrução a essas pessoas para que mudem, precisamos incentivar isso.

Ouvi alguém falar sobre as estradas. A perenização das estradas é uma obrigação para que a população não fique atolada. O Sr. Presidente Andrea Matarazzo foi secretário e assistiu isso tudo. Não estamos clamando por pavimentação e sim a perenização, ou seja, um cascalhamento decente que permita às pessoas irem e virem com qualidade. As pessoas têm que acessar escolas, hospitais, a Cidade de maneira sustentável. A perenização é a maneira sustentável, permeável de construirmos as estradas e mantê-las. O difícil é mantê-las.

Sr. Secretário e Sr. Presidente desta comissão, poderia debater por horas qualquer tema com qualquer dos ambientalistas presentes. Não tem nenhum problema discuti-los. Mas, terão que discutir todos os problemas, não só aqui, mas das regiões com problemas. Convido os ambientalistas e a população, a qualquer hora e onde quiserem, a visitar os córregos, todos

os córregos para sentirem na carne o problema e não a ficarem se escondendo atrás do microfone da Câmara Municipal de São Paulo sem discutir.

É importante discutir a situação de todos os córregos. Conseguimos recuperar o Córrego Castelo e o Vereador Ricardo Nunes sabe disso, os peixinhos até já sobem. As pessoas jogam produtos químicos no Córrego Ipazure e estão indo para a Represa Guarapiranga. Produzo água bonita em cima de qualidade, graças ao esforço pessoal de cada sitante. Mas, para onde vai toda essa água? Para a caixa d'água da população, que é a maioria da população. É bom que todos saibam e estejam conscientes de que as Represas Guarapiranga e Billings são nossa caixa d'água.

É o apelo que faço para encerrar a minha fala. Trata-se da caixa d'água de grande parte da população da cidade de São Paulo. Cerca de 30% recebem essa água. Estamos jogando esgoto e há uma verdadeira omissão de grandes setores da sociedade. Não basta somente a presença do Poder Público ou ficarmos discutindo o que é bonito. É preciso que as pessoas façam uma ação de campo. É melhor termos uma fossa séptica do que jogar o esgoto na represa. Enquanto não temos rede, o Poder Público está omissa nessa discussão. Não discute. E onde estão as sanções que se aplicaram, por exemplo, no caso da Chácara Bandeirantes e Jardim Aracati? Oito mil famílias jogando esgoto direto na represa, aquilo está um caldo nojento. E por que os senhores e senhoras não vão lá discutir com os municípios vizinhos? Jogam todo o esgoto que vem parar dentro da nossa caixa d'água sem pedir licença. Onde estão as sanções ambientais?

Senhores ambientalistas, extrapolei o tempo da minha fala e sei que a senhora está com pressa, mas às vezes a verdade dói para alguns e é preciso ouvi-la. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE - Acho que V.Sa. tem razão. A Sabesp tem que discutir e estamos discutindo com ela em audiências públicas. Falta, sim, investimento da Sabesp. Falta. Não é só a prefeitura. A prefeitura tem feito Programas mananciais, mas o maior problema

hoje... Eu quero encerrar, mas V.Sa. me provoca, no sentido construtivo, o que é bom. A Sabesp tem feito parte, não o suficiente, mas acho que o melhor produto que a Sabesp tem é água. É preciso que ela cuide melhor disso. Temos que trazer o presidente da Sabesp aqui para debater isso. O produto de sobrevivência dela é água, ela vende isso para nós, para o povo. Ela vende um produto de qualidade, hoje, que nós temos que discutir por causa de uma ação dela mesma, da extensão da rede... O produto que ela vende, ela cobra de nós, nas nossas torneiras, mas não está cuidando do esgoto na outra ponta.

Então, Presidente, pedi para falar primeiro porque tem uma CPI dos Transportes e tenho que descer. Eu gostaria de ficar aqui até o fim, para que (ininteligível) chamando para discutir. Mas eu vou dar presença e volto para o debate. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado, Vereador Milton Leite.

Quero dar boas vindas ao Vereador Paulo Fiorilo.

Quero dizer que estendemos esta audiência pública até 14h para dar tempo de todos se manifestarem, pois há cerca de 50 inscritos. Agora quero encerrar as inscrições e passar a palavra para o Vereador Ricardo Nunes, também da zona sul.

O SR. RICARDO NUNES - Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia. Muito bom ver todos vocês aqui. O assunto é de suma importância. Cumprimento o Presidente Andrea Matarazzo, Vereadores Alfredinho, Nabil Bonduki, Goulart e demais vereadores presentes.

Esta audiência pública é para discutir os projetos de lei dos vereadores referentes a Parelheiros e também o plano diretor - só para não perdermos o foco e termos uma audiência produtiva. O plano diretor está na Casa, deve ser votado em março, abril. Ele vai dar as diretrizes do que será a Cidade nos próximos dez anos. Passado o plano diretor vamos discutir o zoneamento da Cidade. Agora é um momento de suma importância para todos nós, do sul da zona sul, porque é o plano diretor que vai dizer se nós vamos morrer nos próximos anos ou se vamos continuar respirando e vivendo.

Muito bom que haja bastantes pessoas, porque está aqui o Vereador Nabil Bonduki, relator do plano diretor; o Andrea Matarazzo é o Presidente da Comissão de Política Urbana; e eu, o Alfredinho e o Goulart. Temos conversado bastante com o Vereador Nabil Bonduki, e ele é peça fundamental nesse processo todo, porque é um vereador atuante, competente, inteligente, mas não conhece o dia a dia da zona sul, e todo dia eu falo para ele que as pessoas lá têm que comer, têm que viver, têm que comprar arroz e feijão, têm que comprar remédio. É uma questão de suma importância e ele é um cara bacana, cem por cento, é um vereador do bem, um dos grandes vereadores desta Casa e a gente precisa muito que o Vereador Nabil Bonduki compreenda todo o processo que a gente está discutindo.

Como também a Simone Miketen, que fez uma apresentação diferente. Quem mora mais na região central, em Pinheiros, Alto de Pinheiros, no Morumbi, quem viaja pelo mundo, acaba confundindo um pouco as coisas. Como eu, o Alfredinho, o Goulart, o Milton Leite vivemos lá o dia a dia - o Andrea Matarazzo não mora lá, mas vive muito lá -, é muito diferente. O nosso Subprefeito Adailson, que conhece viela por viela daquele lugar. O que a gente vê de sofrimento é impressionante, Nabil Bonduki. Eu faço um apelo para que você tenha percepção disso.

A geração de empregos e o desenvolvimento econômico são muito importantes. Tem muito debate sobre preservação ambiental, e tem que ter, lógico, ninguém é louco, a (ininteligível) defende muito bem isso. Mas fazer o plano diretor de forma a inibir qualquer investimento naquela região é jogar 180 mil pessoas numa situação caótica, triste, irreversível nos próximos dez anos. Vamos rever o plano daqui a dez anos, então não estamos falando de um documento só para 2014, mas para os próximos dez anos ou mais. São 180 mil pessoas e se não tiver geração de empregos lá, acabou com a gente. A gente fala de ter creche, hospital, e tem que ter tudo isso mesmo. Agora, se não tiver emprego, se não tiver geração de renda, o que a gente vai fazer? Não tem o que fazer.

É bonito a Simone falar das coisas aqui, gerenciar o Parque. Parelheiros não é só o Parque Jaceguava. Uma pessoa que viaja pelo mundo tem um bom conhecimento das questões mundiais, mas existe uma peculiaridade no Jardim Almeida, no Recanto Campo Belo, no Marsilac, na Vila Rocha. Existe a questão da sobrevivência das pessoas.

Se nós não fizermos uma adequação do plano diretor que chegou à Casa, porque o plano diretor que chegou, ninguém, nenhum vereador desta Casa nem vocês colocou nada no plano diretor que chegou à Casa. Não sei o que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano arrumou. Para vocês terem uma ideia, depois do Rodoanel eles colocam tudo como parque, até Embu-Guaçu, inclusive onde é o golfe.

Então é importante fazer um diálogo bastante maduro, com consciência de que estamos falando de um plano diretor para os próximos dez anos, e de que precisamos de geração de empregos. É importante ter consciência de que não pode ter indústria na região de Parelheiros. Pode ter prestação de serviços? Pode. Então a gente tem que ter tudo que é da área de prestação de serviços, como o aeródromo ou outros. Temos de começar a trabalhar questões de prestação de serviços que possam ir para aquela região. Pode indústria de telemarketing? Pode. Tudo que é da área de prestação de serviços pode, indústria não pode. No nosso caso as opções vão se afunilando. Não temos hoje como falar assim: não quero esse investimento cem por cento privado, porque eu não quero. Nós não temos direito de fazer isso com 180 mil pessoas que precisam trabalhar. Desde que o empreendimento respeite a legislação ambiental, que fique bem claro.

A gente fala muito da questão do turismo em Parelheiros. É importante. O Vereador Alfredinho aprovou um projeto que cria o polo de turismo, superimportante. Ajuda? Ajuda. Resolve? Não resolve. O turismo é sazonal, vai ocorrer nos períodos de calor, de verão, então a gente tem que ter consciência de que o ecoturismo é importante. Vilela, esquina... é uma vitória gigantesca. Temos de trabalhar para ele, mas ele tem uma sazonalidade. Que o turismo

tem um potencial de geração de emprego que é importante, mas não atende a demanda que existe em Parelheiros.

Então, é importante que temos um quadro bastante amplo de todo o processo, com bastante calmo, e não ficarmos muito preocupados com esse povo que mora longe da Regional, que eles fazem um pouquinho de barulho, mas temos de ter muita consciência de que vocês têm aqui um Vereador que é de lá, que sou eu; o Alfredinho é de lá; Andréa mal Matarazzo; Alfredinho é de lá; Andrea Matarazzo teve muito voto lá, gosta de lá, conhece lá; Goulart é de lá; Milton Leite é de lá, e somos eleitos para representar a população naquilo que a população precisa.

Então, vamos ter um debate muito grande daqui até lá, mas estamos bastante alinhados com relação a ver o que as pessoas precisam para poder ter a sua família, ter o emprego - porque o desemprego gera desunião familiar; gerando desunião familiar, o jovem vai para as drogas; e se tem uma situação caótica e irreversível.

Assim, é importante que tratemos aqui de projetos que gerem o desenvolvimento econômico sustentável lá para região, que haja empreendimentos que respeitem as questões ambientais, não é? Mas não ficarmos também com muita ideia lunática de que "Ah, vamos ter lá... 180 mil pessoas vão conseguir viver do turismo". Não vai, não é?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES - Depois você se inscreve.

Não vai. Sabe por que, gente? Já faz 30, 40 anos que existe esse discurso e precisamos...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Espera, gente. Gente, gente, com licença. Todo mundo vai falar. Agora, vamos deixar o Vereador falar.

Depois vocês se inscrevem.

Ricardo, por favor, continua.

O SR. RICARDO NUNES - Estou fazendo uma conversa aqui, gente, com vocês...

- Manifestações fora do microfone.

- Aplausos na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Vamos manter a ordem do debate, por favor.

Ricardo, por favor, só um minutinho.

O Vereador está falando; os outros Vereadores vão falar; depois, há as inscrições abertas e vamos abrir o debate.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Obrigado.

O SR. RICARDO NUNES - Pessoal, vamos lá. Estou concluindo.

Só queria que fizéssemos uma reflexão aqui. Estou dialogando uma reflexão com vocês, de todo o cenário, da importância que é esse processo; da importância que é vocês estarem aqui; da importância que exercem as pessoas que estão hoje no Governo Municipal; a importância que a Loyd tem nesse processo do Adailson, não é?; das pessoas na Secretaria de Desenvolvimento Urbano; da importância maior que tem Nabil Bonduki nesse processo todo, e outros Vereadores da Casa, como o Vereador Ricardo Young, de que existe uma realidade onde não se pode pôr indústria; de que lá só pode ser colocada prestação de serviço; de que é importante haver a questão do turismo; de que o turismo não comporta, não tem condições de atender à demanda de mão de obra daquela região - isso aí todo mundo sabe, é chover no molhado aqui, mas todos nós sabemos; e de que precisamos estar muito unidos com relação a todo esse processo, de uma forma tranquila de saber o que é necessário para a região; e que façamos um trabalho muito unido, do Plano Diretor; e que o Vereador Nabil Bonduki seja bastante sensibilizado com relação a isso.

Era essa colocação. Parabéns por vocês estarem aqui. E não vamos nos preocupar se meia dúzia quer dar uma tumultuada, não. Vamos juntos porque Parelheiros somos nós.

Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado, Vereador Ricardo Nunes.

Com a palavra o Vereador Goulart.

O SR. GOULART - Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, nossos amigos lá da região - Ricardo Nunes, Alfredinho, Vereador Ricardo Young, Vereador Nabil.

Estou muito feliz de poder participar desse debate, porque muitas coisas boas foram ditas, não é? A começar aqui da possibilidade de uso da ferrovia, da antiga ferrovia que unia até Evangelista de Souza. Tivemos, recentemente, há 15 dias, o Sr. Governador e o Sr. Presidente da CPTM, que estiveram conosco para dar início às obras de mais duas estações: a Estação Mendes, que é ali no Jardim São Bernardo; e a Estação Varginha. Aí, fizemos um desafio a S.Exas. para que, brevemente, venha o trem turístico, pelo menos até Evangelista de Souza - posteriormente, até Santos -, e discutimos também da possibilidade, acho que foi muito importante para a região, que faça o expresso, que a CPTM autorizaria a Prefeitura a fazer um expresso do Terminal Varginha até Parelheiros.

Quem quiser fazer outro caminho que vá pela Senador Teotônio Vilela, Estrada de Parelheiros, não é? Mas poderemos fazer, sim, um expresso que vai direto de Varginha, usando a linha férrea, com uma ciclovia - e não uma ciclofaixa, que estão sendo feitas tantas por aí que são muito mal utilizadas ainda. Então, essa possibilidade é real e poderá acontecer.

Com relação à questão do produto agrícola orgânico que hoje está sendo produzido na região, acho que de fundamental importância, discuti muito no passado com agricultores e também com a Messiânica, que tem ali um trabalho muito voltado para o produto orgânico - que até aprovei uma lei aqui para introduzir o produto orgânico na merenda escolar e, agora, essa lei está sendo melhorada com a proposta de Natalini, de Nabil e de Ricardo Young, que me permitiram ser coautor dessa proposta. Isso porque, no momento em que aumentar o consumo de produto, orgânico, certamente o custo do produto orgânico vai diminuir e a

merenda escolar poderá ser muita enriquecida com o uso do produto orgânico. Então, temos uma contribuição nesse sentido.

Eu também, Loyd, você que está hoje trabalhando no planejamento lá de Parelheiros, pode nos ajudar muito pelo seguinte: Parelheiros é uma grande fonte produtora de produtos orgânicos. Só que, infelizmente, não temos um grande não temos o grande consumidor lá. Temos alguns prédios e eu sugeri já, em vários governos - mas tenho sido muito incompetente para isso, porque parece que as pessoas não têm ouvidos à realidade: temos muitos prédios do INSS que, antigamente, eram utilizados para baile na Cidade Dutra, caso do Arena, que fica na Senador Teotônio Vilela, esquina com a Padre José Garzotti. Poderia o Governo Federal e o INSS ceder aqueles prédios para o Município e fazer ali um entreposto de comercialização dos produtos orgânicos produzidos na região de Parelheiros. (Palmas) Então, acho que é de fundamental importância, porque, na Cidade Mutran, temos condições, sim, há consumidores já de um nível econômico um pouco melhor de consumir esse produto orgânico e ajudar um maior consumo, uma melhor qualidade de vida e no menor custo.

A questão do turismo é de fundamental importância. Alfredinho, há muito que vimos discutindo lá com o Roberto e com vários outros empresários lá do turismo ecológico. Infelizmente, as estradas não oferecem condições para que possamos ir até as pousadas, que são fantásticas. Tenho andado muito lá - graças a Deus, tenho carro 4x4 -, ando muito, conheço todos os buracos lá. Mas não dá, nem todo mundo tem o carro 4x4, não é? Porque, para andar lá, é bravo. Participo lá do Clube dos Burreiros, tenho minha mula - que até fizemos aí a romaria no domingo. Então, às vezes, vamos de animal ou vamos de carro traçado 4x4.

São muito importantes todas essas questões que vêm sendo colocadas. A Loyd falou aqui de vários espaços importantes. Temos lá o Solo Sagrado, que acho que pode ser muito mais bem utilizado. Sugerimos, inclusive, que, no terminal, se faça um terminal turístico, junto do Terminal do Varginha, para evitar que tantos ônibus acessem a via, que nós temos

culto, mas não é uma igreja budista, é messiânica, mas está aberta a todos os budistas, católicos, protestantes e tudo mais.

No que diz respeito a (ininteligível) em 2004, votei e trabalhamos muito no plano diretor, cometemos alguns excessos. Nós não podemos ver a nossa região de Parelheiros apenas como aquele pulmão. Tem um grupo grande de pessoas que moram ali, conhecemos toda sorte de problemas. Para se ter uma ideia da burocracia e da falta de vontade política, foi feito lá o Rodoanel. A Dersa já pagou toda a compensação para uso das vias para todas as prefeituras que foram atingidas pelo Rodoanel, menos para a prefeitura de São Paulo. Eu tenho cobrado do Chico Macena, tenho cobrado de todos os secretários e tenho sido comprado pelos diretores da Dersa por que não se faz essa compensação. A região vai ganhar muito. Tem lá para ser compensada a pavimentação da Estrada do Paiol; a pavimentação da Estrada do Jaceguava até a divisa com Embu-Guaçu; a pavimentação de 4.100m da Paulo Guilguer Reimberg com pavimento ecológico, que infelizmente parece que agora, depois de tudo isso negociado, a Cetesb quer criar problema, mas não vai criar porque foi negociada.

Só que a prefeitura de São Paulo não fala com a Dersa. Eu participei de várias rodadas de negociação com o subprefeito Walter Tesch, o subprefeito Valdir Ferreira, com a Dersa, e o dinheiro é o dinheiro que eles têm que dar para o Município de São Paulo. Sempre alguns garotos espertos vão ocupando espaço público e a Dersa tinha, nesse acordo, que fazer a concorrência e dar em obras para a prefeitura. Em determinado momento a Dersa já quis dar em valor para a prefeitura, e valor é sempre menor do que o que a prefeitura precisa e que realmente danificou muito as ruas da região.

Então é importante, Loyd, você que é uma pessoa aguerrida, que conhece o problema. Eu participei de todas as reuniões. Já encontrei o Chico Macena, que é nosso amigo, nosso colega aqui, 200 vezes depois que ele virou Secretário das Subprefeituras, até pelo excesso de atividade; mas ele não marca. Eu encontro os engenheiros, os diretores da Dersa, e eles fazer essas reuniões para fazer essas compensações.

Por último, pessoal, quero dizer o seguinte: apoio integralmente o aeródromo em Parelheiros. (Palmas) Não é aeroporto, é aeródromo. Eu acho que não podemos ter surpresa, porque de repente pega um parque... Eu e a Aldaíza Sposati fomos membros da Comissão de Política Urbana e relatores do parque, da APA do Capivari-Monos, que foi muito importante para a região. Agora pintou de repente a proposta de um parque justamente em cima, onde se propõe o aeródromo. Isso não vai acontecer. Tem aqui grandes vereadores e pela primeira vez a zona sul tem uma representação que nunca teve. Nós não vamos deixar acontecer, mas vai ter o aeródromo, sim. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado pela intervenção, Vereador.

Além da agricultura, gosto sempre de lembrar e insistir em levar para lá o viveiro de mudas da Prefeitura de São Paulo, porque é imensa a quantidade de mudas que se consome, é gigantesca. Ou a gente vai buscar em Uberlândia, Uberaba, porque não tem quantidade suficiente em São Paulo.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG (PPS) - Bom dia. É muito bem ver este debate sobre uma região tão importante de São Paulo. Acho que precisamos dar um passo para trás e, antes de posicionarmos a favor ou contra qualquer coisa, devemos procurar discutir que tipo de desenvolvimento queremos para a cidade de São Paulo.

Modernidade não é fazer empreendimentos mitigando impactos ambientais. Modernidade é fazer projetos de desenvolvimento e, ao integrarem o social e o ambiental, produzem serviços ambientais para a Cidade. Esse é o grande desafio que as cidades no mundo inteiro estão tendo. As cidades estão todas entrando em colapso, porque se tornaram buracos negros, absorvem todos os serviços ambientais do seu entorno, poluem toda a água, todo o ar, vão destruindo a sua capacidade de produção de alimentos e vamos caindo num agronegócio cada vez mais industrializado, contaminado por agrotóxicos e assim por diante.

Então, não estamos numa discussão banal aqui em São Paulo. Estamos numa discussão de modelo de desenvolvimento que integre as necessidades sociais com as ambientais e econômicas, produzindo serviços ambientais para a Cidade.

Não podemos, em função do interesse econômico, destruir o ambiental e criar várias soluções sociais; não podemos, em nome do social, destruir o ambiental e não darmos uma resposta no nível econômico.

Das três apresentações que foram feitas aqui, o que podemos observar? A apresentação do André, do aeródromo, mostra como o aeródromo vai diminuir o impacto ambiental. Mas não diz como vai produzir serviços ambientais e nem diz como, no tempo, a situação do adensamento no entorno do aeroporto vai ocorrer.

Nós vivemos a situação de Cumbica, quando foi implantado lá atrás, era numa região praticamente rural. E o que aconteceu com Cumbica agora? A situação de entorno de Cumbica é dramática, tanto sob o ponto de vista social como sob o ponto de vista ambiental.

Então, na apresentação do Andréa, não adianta trazer as demonstrações, as avaliações de mitigação da questão ambiental. Tem de trazer a visão sistêmica do impacto desse projeto para toda a região. (Palmas)

Tivemos aqui, depois, a apresentação da Simone e da Loyd. O que as duas fizeram aqui? Elas olharam sistemicamente para a região: elas olharam para a questão ambiental, para questão social, para a questão da geração de emprego e, mais, olharam para a questão da melhoria da qualidade de vida para a população da região Sul, ao instalar ali novos padrões de cultura, de turismo, de prestação de serviços e comércio, que aproximam esses bens da população da zona Sul, que, hoje, quase não tem opções de lazer.

Então, quando a Simone e a Loyd trazem uma visão sistêmica para a região e elas estão oferecendo uma visão que gera renda, gera emprego, produz alimentos de qualidade, produz roteiros culturais, garante a preservação dos mananciais, elas estão trazendo uma visão cujo valor para a população de São Paulo como um todo e para a população da região é

enorme e precisa ser mais bem precificada. Por outro lado, a visão do aeroporto, para poder convencer, precisa do mesmo olhar sistêmico.

Não sou daqueles que vou tomar uma posição precipitada a favor ou contra aeroporto, a favor ou contra disso ou daquilo. O que quero ver é que os empreendedores que estão propondo aeroporto tenham a mesma visão sistêmica sustentável e aqueles que estão propondo o polo turístico e um polo de agricultura urbana estão tendo aqui, porque temos modernidade e, na proposta do aeroporto ainda não. Ainda há tempo de aqueles que pretendem empreender o aeroporto darem resposta à altura, como estamos vendo que é possível se dar.

Vou concluir dizendo o seguinte: Milton Leite puxou muitas palmas, quando desceu o cacete - desculpem-me a expressão - na incompetência do setor público em tratar os problemas ambientais, habitacionais e sociais da zona Sul. Queria dizer que somos todos homens públicos aqui... (Palmas) e o Prefeito é homem público, os Vereadores são homens públicos e, se estamos permitindo que isso ocorra - e todos nós aqui temos cotas de responsabilidade sobre isso -, porque não estamos tendo um olhar planejado, estratégico, integrador na zona Sul de São Paulo, da região de Parelheiros... (Palmas) e não estamos integrando essa região de forma apropriada no Plano Diretor Estratégico.

É hora de fazer isso. Acho que, se trouxemos para essa discussão o que há de mais avançado em discussão urbana hoje, em discussão de desenvolvimento sustentável, podemos ter o desenvolvimento que vai fazer São Paulo não só se orgulhar do que fez, mas se projetar mundialmente como uma cidade que enfrentou o desafio da modernidade. Em vez de ficar polarizando situações sociais, ambientais e econômicas, integrou horas numa solução sistêmica.

O projeto que foi citado aqui por Milton Leite, de Nova York, foi isso: quando Nova York chegou à conclusão de que a melhor coisa que poderia fazer para o fornecimento de água para aquela megametrópole seria recuperar e regenerar os serviços ambientais que foram

destruídos, a Cidade tomou a melhor decisão possível, economizou bilhões de dólares e hoje tem uma das melhores águas do mundo.

Então, Nabil, você, Andrea e todos os nobres Vereadores que estão aqui na Comissão de Política Urbana e aqueles que representam a zona Sul, junto com o Sr. Prefeito, temos uma responsabilidade enorme e é darmos um salto à frente nessa discussão. Em vez de apostarmos nas nossas diferenças, construir pontes integradoras, numa visão moderna de desenvolvimento - e temos essa oportunidade na região Sul da Cidade. Por que não vamos fazer isso? Por que não nos colocarmos à altura desse desafio?

Fica aqui a proposta e espero que o debate evolua nessa direção.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado, Ricardo Young, pela sua participação. - muito construtiva como sempre.

Queria convidar, agora, nosso Líder aqui, o Vereador Alfredinho, para que use a palavra. (Palmas)

O SR. ALFREDINHO - Pessoal, acompanhando a fala de todos aqui, lembro que, quando atuava em fábrica e era dirigente sindical, fazíamos discursos revolucionários de que iríamos tomar a fábrica e que viria o socialismo, que todo mundo ia ganhar bem e ia ficar bem com o socialismo. Só que o peão não queria esperar o socialismo, ele queria ganhar bem e era naquele momento. Então, se ele não fizesse um bom acordo e que desse um bom aumento salarial para ele, não adiantava fazer discurso de ser socialista, de que viria o socialismo, e que se iria tomar a fábrica, e que iríamos dividir, e que todos seríamos iguais, que não virava.

E aqui estamos fazendo um debate, neste momento, de uma série de problemas que foram colocados que e que muitos deles dependem de nós. Nós podemos ajudar. Por exemplo, o discurso aqui de dizer que o aeroporto vai ajudar a adensar a região porque Guarulhos foi assim, ele não é bem verdadeiro porque quem tem de ser responsável para não deixar adensar é o Poder Público.

São as leis que têm que funcionar nesta Casa e no Executivo e que têm de inibir, proibir, não deixar que tenha ocupação irregular.

Hoje não tem aeroporto em Parelheiros, tem ocupação ou não tem? E muitas. E no meio da floresta, no oculto onde ninguém vê? Só vê quando a mata vai para baixo, porque aí se começa a ver a claridade.

Hoje não tem aeroporto lá na região de M'Boi Mirim, tem quase duas mil pessoas lá ocupando. O que está faltando lá? Uma ação pública, que deixou que as pessoas fossem lá ocupar. Porque numa audiência pública vi lideranças de moradia, fazendo discurso contra o aeroporto e dizendo que movimento de moradia estava consciente, que estava ocupando área, querendo discutir preservação. Mentira. Eles mesmos estão ocupando e de forma desordenada.

Movimento desorganizado porque não têm o controle de uma liderança e ocupa de qualquer jeito. Saem nas ruas com um carro de som, chamando as pessoas para ocupar. Esse debate a gente tem de fazer aqui.

O que não da, meus companheiros, é para qualquer coisa que se discuta na região de Parelheiros vir o discurso que não pode, porque é área de proteção. Eu sei que é área de proteção. Sei disso e defendo que tem de ser.

Agora, não da para eu chegar na Ponte Alta ou em qualquer lugar da região, ver uma jovem precisando andar duas a pé, para ir ao ponto final de Marsilac, voltar duas horas a pé, para poder chegar à faculdade.

E aí quando discutimos melhorias para colocar um transporte público, vemos que, no artigo da própria ata, proíbe que se tenha transporte tarifado. Lá moram duas mil pessoas e não podem arrumar as estradas. Por que não se defende que, como lá não pode morar ninguém, que se retirem todos do local? Se não pode nada, vamos tirar todos que estão lá, os 180 mil, 200 mil pessoas, e deixar somente para preservação.

Hoje, é verdade, é área de preservação, mas lá moram 180 mil pessoas. Isso nós não podemos ignorar.

Prefiro ter um aeroporto que tenha uma área de quatro milhões de metros quadrados e que o projeto seja claro. Aqui nós temos mecanismos para que exija e obrigue os empreendedores a cumprirem o projeto, que vão usar 20%, ponha um parque na área, do que deixar do jeito que está lá. Porque ela pode ser ocupada a qualquer momento. (Palmas) E aí não vai ter parque, vai ter mais destruição do meio ambiente, da floresta que lá existe e vai ter também - como falou o Vereador Milton Leite - mais esgoto jogado na represa Guarapiranga.

Alguém falou aqui: quantas pessoas estão desempregadas em Parelheiros? Eu não sei. Mas só para dar um dado, na semana passada abriu um atacadão lá, que estava fechado, criando 400 empregos diretos. Sabem quantas pessoas estavam inscritas? Cinco mil, para disputar 400 vagas no atacadão.

Podem ter certeza que o desemprego lá é grande. Não precisa nem medir. Tem coisas que não precisa fazer pesquisa, a gente vê no dia a dia, na prática. Não precisa ninguém fazer pesquisa.

Tem coisas que algumas pessoas me falam que na pesquisa aconteceu isso. Eu digo que nem precisava de pesquisa, eu já sabia. É só a gente vê na prática.

Foi um lugar que cresceu, por exemplo, no centro de Parelheiros o comércio é grande, com lojas que dão empregos. Mas não é o suficiente para atender a demanda. Nem o projeto que aprovei aqui na Casa não foi suficiente para resolver o desemprego, mesmo na agricultura orgânica que é importante, tem que ter mesmo, nós defendemos, não foi o suficiente para gerar empregos e resolver o problema de desemprego na região.

Isso ajuda o trânsito na cidade de São Paulo que nós não aguentamos mais. Porque a partir do momento que a gente cria emprego naquela região, ou em qualquer outro lugar, as pessoas não virão trabalhar no Centro da cidade de São Paulo. Melhora tudo.

Agora, eu apresentei duas vezes aqui: uma é para dar poder à Guarda Metropolitana de fiscalizar, de notificar, de multar e até fazer desocupação. Se a gente estruturar a Guarda Metropolitana na Subprefeitura, com estrutura que permita que, ao invés de esperar um fiscal no fim de semana, possam agir. Quando se descobre uma área que está sendo ocupada na região de Parelheiros que seja no fim de semana, período que mais usam, eles não podem agir, só o fiscal. Até o fiscal chegar, muitas vezes no fim de semana, no dia seguinte já está tudo construído.

A Guarda Metropolitana tem que ser reforçada, equipada, inclusive, com maquinário disponível para na hora que descobrir ocupação já agir efetivamente. É assim que tem de ser feito.

Outro projeto é um sistema de monitoramento da região, que também pode ajudar ao descobrir qualquer tipo de ... Porque hoje tem, sei que tem, às vezes primeiro se faz aquele voo para descobrir quais as áreas que estão sendo ocupadas irregularmente.

Tudo isso é o problema da deficiência do poder público. Tudo isso, o grande parque, quase tudo. Temos que discutir com as autoridades essas questões.

Tem gente que é contra o hospital de Parelheiros, porque dizem que o hospital vai incentivar mais pessoas a morarem lá e mais agressão ao meio ambiente.

Gente, como que pode uma região com 200 mil pessoas não ter hospital, o mais próximo é o do Grajaú, que se você estiver morando lá na Barragem, ou no fundão de Marsilac, são aproximadamente 20 quilômetros.

Essas coisas nós não devemos de ter vergonha de discutir. Temos de ter coragem de discutir, apresentar, esse debate está sendo bom, porque fizemos uma reunião do Plano Diretor, quando debatemos tanto a questão do aeroporto, com as questões de zoneamento, até (Ininteligível) de progressão dos mananciais e esta audiência.

Porque o importante é que vocês, povo que mora em Parelheiros. Às vezes os grandes técnicos, não todos, os grandes estudiosos acham que somos burros, que só eles entendem. Vocês que moram lá e que vivem no dia a dia não entendem.

Muitas vezes vocês entendem mais do que muitos estudiosos. (Palmas) Vocês entendem o dia a dia, a situação em que moram lá. Vocês sabem, conhecem tudo o que acontece lá no dia a dia. Embora respeitemos os técnicos que são muito importantes para todos nós, mas os técnicos têm de ter um pouco da visão social, além da técnica. Não pode ter visão extremamente técnica, porque senão não vai dar certo. Não adianta achar que tudo vai se resolver na parte técnica. Tem que ter a visão social. Todos vocês aqui que moram lá sabem o que sofrem no seu dia a dia.

Eu não tenho vergonha de dizer que defendo a questão do aeroporto e já fui criticado por vários ambientalistas. Até pelo *Facebook*. Já colocaram a minha foto em cartazes na região. Não tenho problema, podem por à vontade.

Porque eu sei o que é a pessoa não ter emprego, gente! Já saí de manhã com a carteira no bolso da minha calça procurando emprego, rodando toda aquela Marginal. Quando eu conseguia fazer uma ficha numa empresa e que eu dizia: “Graças a Deus, agora vou estar empregado.”. Chegava lá com vários concorrentes, a pessoa que entrevistava devolvia a carteira e dizia assim: “O senhor está dispensado.”. Eu voltava triste para casa sem ter o emprego.

É importante discutir a criação de emprego, gente! As empresas pegam as pessoas com qualidade. A gente não tem que ter vergonha de discutir essas questões do emprego. Se fosse um projeto, como eu perguntei para o André: “André, é verdade que você vai destruir as nascentes?”. Ele falou que não é verdade. Ele me mostrou.

Agora o pessoal do meio ambiente tem o poder de fiscalizar, de ir conhecer o projeto, olhar e acompanhar. Não pode ficar só no discurso, porque não resolve. Podem conhecer o projeto, formar uma comissão com o Poder Executivo, que participe a sociedade,

entre eles o pessoal do meio ambiente e os que defendem o projeto. Todos, acompanhar e ajudar.

Fui sábado ao Varginha e vi que parte das áreas em que as pessoas foram retiradas, que estavam em condições de risco de enchentes, onde o córrego foi canalizado, o pessoal já voltou para lá. Tive que mandar uma emenda - graças a Deus que deu tempo - para uma área que tinha livre no bairro, colocar aqueles equipamentos de ginástica, para proteger a área.

Há outra área lá que a gente está brigando também para proteger. Tem que colocar algo no lugar para proteger. Essas questões têm de ser trabalhadas. Recomendar à igreja que oriente o povo que ele tem de preservar e cuidar do lugar onde mora. A associação de moradores, a mesma coisa. Ou seja, nós temos que ter iniciativas, inclusive o pessoal que milita no meio ambiente, participando desse tipo de ação para orientar a população, porque isso é um problema educacional.

A pessoa que mora lá no Jardim Marilda, numa região totalmente cheia de problemas, que joga o sofá e o entulho na frente da casa dos outros, ou na única área que tem reservada para o lazer, é falta de consciência. Não adianta cobrar só da Prefeitura. A Prefeitura vai lá e tira o entulho da área, mas depois eles colocam.

É nesse sentido que a gente tem que contribuir, pessoal das entidades que militam no meio ambiente, nós que somos pessoas esclarecidas, para ajudar a preservar.

Nós vamos discutir agora, no ano que vem principalmente quando formos votar o Plano Diretor, vamos entrar na discussão de mudanças de zoneamento.

Eu, como Vereador, vou fazer o máximo possível para propor mudanças de zoneamento em alguns lugares que sei que tem que mudar, porque se não mudar não vai ter jeito. As pessoas vão estar lá sem poder regularizar seus imóveis, os lugares que precisam de uma creche, não vão ter porque como não mudou não poderão construir. Com a demanda enorme que se tem de creches e escolas. Vai por aí.

Eu disse para o Luiz Cláudio que está aqui e para o Secretário Fernando de Melo, por que a gente não olha a região do Socorro? É uma região que já foi um parque industrial, onde tinha muitas fábricas naquela região.

Fui a Detroit uma vez, quando eu estava no sindicato em São Bernardo, fui visitar várias fábricas da Ford. O bairro de Socorro parece Detroit, tem um monte de galpões vazios, porque as fábricas que estavam lá foram embora.

São áreas que temos de olhar e propor mudança de zoneamento, porque a tendência mudou, já não é mais industrial. É uma tendência de abandono, que podem ter áreas residenciais, de moradia popular, para tirar pessoas da área de risco e levar para lá.

O centro de Parelheiros é um lugar que pode perfeitamente ser regularizado com mudanças de zoneamento. Há outras áreas que estão ocupadas com bairros já consolidados.

Sábado me deparei com uma pessoa do Jardim Vilela, que ligou para mim chorando, emocionada, porque colocaram iluminação pública no bairro. Uma luta de 13 anos, eles lutavam e, até que enfim, chegou. Um direito dele, estava emocionado, chorando porque colocaram iluminação pública. Não colocaram antes porque é proibido. Colocaram os postes, toda a rede elétrica, mas não podia colocar iluminação pública. E assim, tem vários bairros lá que temos de explicar toda hora para as pessoas por que não pode asfaltar as ruas, não pode cascalhar, não pode guia de sarjeta. Não pode porque é irregular, se eu colocar vou sofrer processo e responder judicialmente.

Por isso, gente, estou aqui e não tenho vergonha de dizer que defendo o avanço da região. Posso até não ter o mesmo preparo que alguns têm, mas eu tenho visão, conheço o povo e sei o que é povo. Sei o que é a necessidade do povo. Por isso, estou aqui defendendo as melhorias para Parelheiros. (Palmas)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Obrigado, Vereador Alfredinho, sei que deve se ausentar, porque tem uma reunião em Parelheiros. Mas ele falou duas coisas

importantes: primeiro a gente tem que cuidar realmente com os planos diretores concebidos em gabinetes que acabam construindo a cidade do *power point*, bem diferente da cidade real. A cidade do computador é sempre bonita, fácil de arrumar, parece história em quadrinhos. A cidade real a gente sabe como é dura.

Depois, essas audiências públicas que eu e Nabil estamos fazendo na Comissão de Política Urbana, são 45 audiências. Uma em cada subprefeitura, quatro regionais e 10 temáticas como esta, para ouvir as pessoas. Nós entendemos que conhece as prioridades e os problemas de um lugar quem mora e trabalha no lugar. Muito mais do que quem fala de longe. A opinião de todos é importante, mas é fundamental a opinião de quem mora e sofre o dia a dia em determinados lugares.

Queria dar a palavra agora ao Vereador Police Neto. Tentar controlar o tempo senão teremos dificuldade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Estou preocupado porque as pessoas têm o que falar.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Não vou fazer a apresentação que estava imaginada, mas queria mostrar algumas coisas que acho fundamental para a gente entender a dinâmica do que estamos fazendo, neste momento, na Comissão.

Todos nós sabemos da importância do desenvolvimento local, todos nós reconhecemos a necessidade de distribuir riqueza para a Cidade. Quero concordar com as falas que a gente tem que encontrar fórmulas que sejam sustentáveis e esse debate tem que acontecer. É muito bom que aconteça com a participação da sociedade, com a participação de muitos.

Mas o debate que a gente se envolve no dia de hoje permeia a Cidade inteira. Vou chegar à zona Sul mas tenho que falar um pouco da zona Norte, porque ficamos imaginando que a zona Sul ao ter um debate hoje importante, que é a possibilidade de um Polo de

Desenvolvimento Aeroespacial, esquece que temos um processo acontecendo na zona Norte, que é o corte que a zona Norte está tendo do Rodoanel, num processo de reconhecimento ou não de quais são as fronteiras na macrozona e o que isso significa.

Alfredinho veio ao microfone e foi preciso ao dizer que há muita gente morando na Macrozona de Proteção Ambiental. É verdade. Conseguimos sobrepor os mapas e densidade populacional com os mapas da Macrozona de Proteção, e temos densidades habitacionais, populacionais, na Macrozona, superiores à da região central. Então, há mais gente morando nas zonas protegidas do que nas zonas não protegidas. E, portanto, a Cidade foi se deformando.

A pergunta é como resolver esse problema; como consolidar, de maneira sustentável essa lógica, ou como exportar essa população de onde ela foi levada. Esse é o desafio.

Nabil tem um desafio - e é uma pena que ainda não conseguimos a qualidade que vemos nas telas, quando montamos as apresentações, que é muito diferente desta. Então, é bem diferente do PowerPoint da Cidade do futuro, mas sim da Cidade real.

Mas, só para ilustrarmos, todo esse amarelo é não recomendável, por ausência de população. Mas isso se estivéssemos imaginando uma cidade que concentrou a população. Então, toda a zona Sul e a zona Norte, quando observamos e pegamos todos os dados oferecidos e padrões internacionais, o adensamento lá é aquele que não deveria se ter por todo; e, quando se olha nos trechos, nos eixos, vai-se tendo um adensamento populacional, que é onde estão nossas comunidades, as favelas, as populações que vivem nos fundos de vale, onde está toda a população daquele território.

A pergunta é: nós teremos, nesse Plano, algum apontamento que, de fato aproveite as leis específicas da zona Sul e corrobore com a lei específica da zona Norte, debatida na Assembleia Legislativa, que é a Lei de Proteção da Cantareira, fazendo com que essas coisas

deem um casamento para oportunizar o emprego, para oportunizar os empreendimentos, mas para garantir habitação digna?

Porque há uma questão muito importante: não se consegue levar absolutamente nada de qualidade e sistêmica, como falou muito bem aqui o Vereador Ricardo Young, por uma questão objetiva: ainda não reconhecemos que a Cidade existe dentro da Macrozona de Proteção. E a tese de lançar, nesses territórios, 80% de proteção e 20% de possibilidade de ficante, ela não foi cumprida em nenhum dos lotes que foram ocupados.

Portanto, a origem do modelo de ocupação e a que tem hoje estão absolutamente desassociadas e este é o momento que vamos ter de debater se, de fato, vamos coroar esse modelo e passar a indicar aonde essas famílias vão - porque também não adianta dizer que não pode estar lá, mas não dar nenhuma alternativa, ou vai se consolidar com alguma regra, aproveitando as leis específicas que já estão aprovadas. Não fazer nem um e nem outro aí é uma ação muito perigosa do Parlamento.

Então, a maior preocupação que queria trazer no dia de hoje está muito nessa questão do que já temos adensado, na Macrozona de Proteção, quanto essas comunidades têm de ter um olhar atento para seu desadensamento, que parte terá de ser desadensada sim para dar direito a cidade a essas comunidades. Não é possível haver 400, 500 mil metros quadrados em que não se tem uma área verde, em regiões extensas da zona Sul - que era toda verde; da zona Norte - que era toda verde; de parte da zona Leste - que também tinha maciços importantes para isso.

Então, o debate que vamos ter de fazer, que coroa a presença de empreendimentos de grande porte, mas que vai dar a qualidade de vida tão esperada para essa sustentabilidade da Cidade. Se não houver economia local, não tenha dúvida de que as pessoas terão de ser transportadas da Cidade inteira e, portanto, teremos distâncias de 30, 35 km diariamente sendo percorridas por todos. Isso está errado, do ponto de vista da sustentabilidade: a Cidade não se fecha nesse ciclo. (ininteligível)... ambientais já foram

falados. Quero fixar um pouco essa linha que está anunciada, dos eixos e do adensamento. Se estamos estimulando definitivamente um adensamento populacional nos eixos de transporte público coletivo já existentes e no futuro, temos de ter muita força nisso, inclusive condicionando desadensamento de áreas de distrito a adensamento no eixo, com a mesma população, garantindo exatamente isso: o equilíbrio tão necessário.

Aqui, para finalizar, mostrando essa distorção: hoje o adensamento de onde estamos - e aqui é o epicentro, é onde estamos. Esse amarelo é o mesmo amarelo que aparece na zona Sul. Estamos falando de coisas iguais para onde... E zona Norte também. Estamos falando de coisas iguais, do ponto de vista do direito à moradia? Não. Da Cidade que foi construída? Não. Aqui estamos falando se há gente ou não morando. Isso é para entendermos o quanto a Cidade empurrou a população para viver mal, onde não devia estar; e como esvaziou onde todo o dinheiro da população foi investido; e, se não começarmos a inverter essa lógica, estamos garantindo que deu tudo errado.

Nabil trouxe uma informação poderosa ao nosso debate de sábado: 500 mil pessoas, nos últimos 20 anos, deixava de morar na área que recebeu se não toda, 90% da infraestrutura da nossa Cidade. Essa população foi morar aonde? Onde não há infraestrutura e, portanto, vai haver dano ao meio ambiente, sim, a ocupação de cada um de nós, seja no Sul, seja do Norte, seja no Leste, porque a Cidade não foi programada para isso. Vamos programá-las, a partir de agora, para isso, sim, garantido que essa população tenha ali habitação digna. Faz algum sentido recebemos recurso do Minha Casa, Minha Vida para terra crua, que nunca foi trabalhada, e não receber para a Associação que conseguiu, a duras penas, comprar uma área, parcelar nos seus 120, 130 associados e produzir dignidade? Esse não pode receber recursos do Minha Casa, Minha Vida, nem para finalizar com o loteamento precário em que vive hoje. E o loteamento novo, o empreendimento novo recebe toda. Estamos dizendo aqui de regras que temos de trazer dinheiro da União e do Estado, para fechar a qualidade da nossa periferia.; e ao desadensar a área e qualidade para isso. Estamos dizendo aqui que vamos

precisar do emprego dos empreendimentos, mas estamos dizendo aqui também que, se não tivemos um olhar calculado com esse equilíbrio, a coisa não dá certo.

É assim que quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Encerrando.

O SR. JOSÉ POLICE NETO (PSD) - Nabil, só mostrando esses últimos dois, que acho que são fundamentais para nós, que é como que é a composição da nossa carta e o quanto ela recomenda que se tenha ocupação possível na zona Norte, em especial nos eixos de desenvolvimento que já foram reconhecidos, que levam o desenvolvimento metropolitano para Campinas, na mesma forma que leva o desenvolvimento metropolitano para o Rio de Janeiro e para o Vale do Ribeira, e que não estão colocados como regras de distribuição da riqueza da Cidade, da mesma forma com que a zona Sul, que fomos reconhecendo bacias que têm a mesma composição e que dividem favelas ao meio. Há favela, na zona Sul, no Capão, que, parte dela, é de proteção ambiental e está consolidada há mais de 30 anos; e a outra parte dela, não. Esse olhar ao reconhecimento dessa fronteira é fundamental para termos capacidade de proteger aquilo que precisa se proteger; e consolidar, de fato, com qualidade, a área que realmente já está ocupada por nossa população. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Police Neto.

Era minha vez de falar, mas o Presidente se ausentou e me passou a presidência aqui na Mesa. Eu, em respeito a todos que estão aguardando para falar, não vou fazer um pronunciamento neste momento, farei ao final. Mas quero destacar duas coisas: primeiro, Vereador Ricardo Nunes, só para podermos avançar no nosso diálogo, quero dizer que conheço bem a zona Sul, conheço bem Parelheiros. O meu primeiro trabalho na área de habitação - e o Alfredinho sabe bem que venho da área de habitação - foi a urbanização de uma favela que fica em Grajaú. E o apoio a uma comunidade que estava ocupando uma área no Bororé. Então, conheço a região. Não moro na região. Tenho alguns votinhos lá, mas não tantos quanto V.Exa., o Alfredinho e o Milton Leite. (Risos) Isso não quer dizer que não

conheça, que não possamos ter um olhar para essa região, com sua complexidade. Conheço muito bem o problema de habitação.

Como Superintendente de Habitação Popular, desenvolvemos vários trabalhos na região tanto do M'Boi Mirim como da Capela do Socorro e de Parelheiros, inclusive uma tentativa de fazer um projeto habitacional que levava em conta as questões da Lei de Mananciais, garantindo preservação de área e ocupação. Conheço bem os problemas.

Não vou me estender, mas, no papel de relator, o principal objetivo que tenho é ouvir vereadores, evidentemente, porque são aqueles que vão aprovar o projeto; a sociedade organizada; entender os vários conflitos que existem na Cidade e buscar, obviamente, a partir de uma análise do projeto de lei do Plano Diretor, as melhores saídas para que possamos contemplar um pouco o que o Ricardo colocou aqui, um desenvolvimento equilibrado, sustentável, que leve em conta a questão social, porque já superamos muito essa questão que às vezes aparece em nosso debate do conflito social com o ambiental. A visão mais contemporânea é uma visão do socioambiental, em que se consideram as populações que vivem no local. Então, nós temos de considerar a situação das pessoas que estão vivendo na região, e temos de garantir, portanto, condições de vida.

Nesse mesmo estudo que o Police falou, a que me referi na audiência pública de sábado, em Pinheiros, temos: nos 22 melhores da Cidade - de 96 -, em melhor urbanização, entre eles Pinheiros, Sé, Lapa, perdemos 500 mil pessoas. E sabem qual é o melhor, na lista dos excluídos dos excluídos, é Marsilac, Parelheiros, M'Boi Mirim e Capela do Socorro. São os quatro piores no índice de inclusão e exclusão social. São esses distritos.

Portanto, evidentemente, temos de olhar para eles, porque um dos objetivos do Plano Diretor é reduzir as desigualdades na Cidade. Então, temos de trabalhar para isso, temos de identificar quais são as alternativas econômicas que podem ser instaladas na região e próximas a elas. O Polo de Desenvolvimento na Zona Sul, que não é em Parelheiros, mas fica mais próximo a Parelheiros do que onde hoje está, precisa ser implementado.

Então, temos de pensar a Cidade como um todo. Precisamos recuperar a população nas áreas consolidadas da Cidade. Recuperar que digo é garantir que possamos ter alternativas habitacionais nessa região para não gerar uma enorme quantidade de pessoas que acabam excluídas e tendo que ir para lá. Na verdade, essa ocupação nas áreas de proteção ambiental é efeito do processo de especulação imobiliária que existe na Cidade que está expulsando as pessoas das melhores localidades.

Então, temos de conter esse processo, garantindo condições para que as pessoas possam se alojar nas áreas urbanizadas, e garantindo ali a condição tanto social, urbana e econômica para sobrevivência das pessoas.

Não vou me estender muito, só vou dizer uma coisa: o plano diretor já propõe uma coisa que foi falada aqui pelo Vereador Milton Leite, que é o pagamento de serviços ambientais e, aliás, o Vereador Ricardo também falou sobre isso. Acho que essa questão é muito importante porque propõe, mas não regulamenta e precisamos avançar na regulamentação para poder criar uma coisa que acontece em muitos países em que as áreas preservadas recebem recursos pelas suas características, inclusive, do ponto de vista de apoio ao desenvolvimento econômico para essas regiões poderem definir sua vocação e daí ir para frente.

Não vou falar sobre o Aeroporto...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Isso que precisamos discutir. Em primeiro lugar, quem deveria pagar é a Sabesp.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Todo mundo sabe que a região metropolitana de São Paulo é a coroa de ouro da Sabesp. Ela recebe e ganha muito dinheiro exatamente pela concentração. Então a área que provê de água 25% da região metropolitana

precisa receber para prestar esse serviço, mas essa é uma discussão que precisamos avançar buscando os instrumentos e as propostas.

Não vou entrar na discussão do Aeroporto. Acho que é uma discussão importante e vamos ter de fazê-la em outro momento, aliás, só deixando claro que não está previsto um parque na região do Aeroporto. Não se houve imprecisão no mapa, mas na área do parque *stricto sensu* não está previsto. Agora é claro que um empreendimento como o Aeroporto tem de respeitar um conjunto de regras se for se implantar e isso é importante.

Quero finalizar dizendo o seguinte: esta audiência pública não é exclusivamente da zona Sul, mas da macroárea de proteção ambiental e envolve a zona Sul que é a maior, a mais importante; a zona Noroeste, região de Perus; São Mateus e Iguatemi, na pontinha da zona Leste; Raposo Tavares, Subprefeitura do Butantã; APA do Tietê que pega várias subprefeituras e um pequeno trecho da Cidade Ademar e daí para frente. A discussão é dessa zona e quero dar uma opinião muito simples sobre isso: temos de tratar essa região com a complexidade que ela tem.

Primeiro, cada uma delas tem um perfil e uma condição. Então o plano diretor precisa falar um pouco de cada uma para não tratá-la de maneira muito genérica. Acho que já avançamos em relação a isso. Então temos aí condições muito diferentes, por exemplo, para a zona Sul em relação a esses demais fragmentos que ainda existem.

Segunda questão, temos de prever um plano de desenvolvimento sustentável e isso não vai ser no plano diretor, para cada uma dessas regiões, porque nem tudo vai ser possível tratar no plano diretor. Há muitas questões que são de gestão da região. Ouvi muitas falas que estão tratando de questões de gestão. Por exemplo, na APA Capivari-Monos pode-se fazer estrada e ter transporte tarifado, só precisa ser aprovado no Conselho Gestor da APA, mas a legislação permite.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Aí é uma discussão de gestão. Temos questões que são de lei ou de plano diretor e temos questões que são de gestão cotidiana. Acho que muito do que foi falado aqui obviamente tem de ser feito, mas não é a lei que está proibindo. Às vezes acabamos debitando para a lei um problema que não é da lei.

Obrigado pela presença de vocês. É uma audiência pública importante. Vocês assistiram aqui uma coisa rara nesta Casa, que é ver os Vereadores se posicionarem claramente sobre temas. Seria importante que a gente pudesse ter todos os dias no plenário desta Casa para um debate consistente e que permita avançarmos.

Um projeto de lei como o Plano Diretor é para o futuro, então temos de encontrar um acordo. Nós vamos ter de fazer um acordo sobre essa questão e esse acordo é que vai garantir que a gente possa ter um bom projeto e que ele se implante e implemente e não fique alguém querendo boicotar por trás.

Obrigado e desculpe começar só agora a ouvir aqueles que se inscreveram.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Obrigado, Vereador Nabil.

Demorou um pouco, mas é importante ouvirmos a posição clara dos Vereadores a respeito da região e, principalmente, eu acho que alertar esta Casa da importância da região de Parelheiros e integrá-la a São Paulo.

Para mim Parelheiros é tão importante que tem assuntos que não podem ficar só por conta da Sabesp. Parelheiros merece que os assuntos sejam tratados no âmbito federal, estadual e municipal.

O Nabil disse uma coisa importante corroborando também o que o Alfredinho falou que entre as interpretações da lei e a ineficiência da execução, as coisas ficam absolutamente paradas e quem sofre é a população que está lá.

Tanto as leis precisam ser mais claras, mais modernas, como a ação do Executivo tem de ser mais eficiente e mais afirmativa.

Vamos então aos inscritos.

Tem a palavra a Sigildes Barcelar Franciscone.

A SRA. SIGILDES BACELAR FRANCISCONE - Bom dia a todos. Como disse, sai de casa às 7h para chegar aqui às 9h. Se terminar às 14h, chegarei a casa às 16h. Estou com fome.

Escrevi o que tenho para dizer para não atravessar os meus três minutos. O fato é que moro no Jaraguá. Estamos morando lá porque trabalhamos na Escola Oscar Dias de um lado e na Pero Marmelo do outro. A maioria dos que moram lá são comerciantes nesse local, na Vila Aurora. Nós levamos cinco anos pagando um milhão e trezentos e tantos reais pelo terreno que compramos, e diziam que podíamos ir construindo e fomos construindo. Resultado, quando fomos regularizar, o processo demorou anos e foi arquivado porque dizem lá é área de preservação ambiental.

Eu gostaria de saber o que vocês querem preservar lá, porque lá não tem matinho nenhum. Só tem quatro árvores. Acho que vocês estão preservando outras coisas: falta de água, falta de esgoto, falta de saúde, a nossa tranquilidade e coisas mais.

Mas deixa-me ler que é para não sair muito. Vocês já falaram tudo o que eu queria dizer, mas o fato é que os Vereadores falam, falam, falam, mas a verdade é outra. Deixe eu ler rapidinho.

“Solicitamos que não sejam aprovadas leis que inviabilizem a regularização fundiária das áreas e loteamentos já construídos e habitados de fato, pois leis desse tipo são utópicas, irreais, inúteis, insensatas e, principalmente, cruéis, causando danos e sofrimentos irreversíveis aos moradores, tais como: excesso de poeira ou lama, pois não tem asfalto e não se pode colocar cascalho; proliferação de animais, insetos nocivos do tipo moscas, berne, ratos, mosquitos da dengue, febre amarela, filariose, parasitas, pulgas, carrapatos e vermes que entram pelo pé e, inclusive, habitam nosso intestino.

Há falta de esgoto, de limpeza e, claro, de saúde, pela ausência de encanamento de água”.

A água que temos lá, o promotor mandou colocar. Está ali, mas é uma briga danada. Vocês não sabem o quanto nós acordamos de madrugada para evitar brigas e até morte porque alguém tira a mangueira e coloca só para si.

“Sugerimos: prudência, coerência, sensatez, a exemplo das verdadeiras mães que vigiam incessantemente e orientam seus filhos vinte e quatro horas por dia por saberem que a prevenção é sempre o melhor, mais fácil e mais seguro caminho para evitar que a árvore que cresça torta, sem jeito, vá morrer torta”.

Ou seja, um loteamento implantado e habitado foi, sim, permitido, de alguma forma. E, portanto, não tem mais jeito.

“E pedir, nesse caso, a implantação de saneamento básico é tão somente crueldade física e mental para seus moradores, a exemplo do loteamento já construído e habitado por 127 famílias na avenida Alex Jafet, nº 2055, Vila Aurora, Distrito do Jaraguá”.
Muito obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado. Por favor, Sr. Mauro Scarpinati.

O SR. MAURO SCARPINATI - Boa tarde a todos. Saibam que eu também estou com fome, estou cansado, e tenho de ir para meu trabalho.

Sr. Presidente e Srs. Vereadores componentes da Mesa, primeiro, causou-me profunda estranheza - vou usar o tempo que a Rossela, gentilmente, está me cedendo - uma audiência pública para discutir tantos temas ao mesmo tempo.

Até brinquei, disse que era audiência pública não do final do ano, mas do final do mundo, pois estamos discutindo tanta coisa ao mesmo tempo, fica difícil. Não dá para discutir tudo e, na verdade, o debate fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Permita-me dizer algo ao senhor: esses temas nós acrescentamos, além do PDE, porque achamos serem interessantes e foi sugestão também do Srs. Vereadores para se começar uma discussão.

Sobre esses temas específicos de Parelheiros, fora do PDE, em janeiro, poderemos fazer outra, ou outras, audiências públicas, quando forem necessárias, pois são temas importantes mesmo.

O SR. MAURO ESCARPINATI - Perfeito. Meu nome é Mauro Escarpinati, já que as pessoas se apresentaram, sou professor universitário, economista de formação, com mestrado em História e pós-graduação em Ciência Política.

Conheço a região Sul porque moro lá desde sempre, desde moleque, 1970.

Com o Vereador Alfredinho, tenho uma relação de amizade, de companheirismo, há pelo menos três décadas, e, portanto, conhece muito bem as posições que eu tenho sobre aquela região.

Em relação ao Plano Diretor Estratégico, queria falar sobre o coeficiente de aproveitamento.

No atual projeto, o coeficiente é 1, e está sendo previsto 2,5. E só em algumas vias, alguns eixos daquela região é possível isso. Mas, na verdade, se permitir 2,5, seria uma tragédia, porque seria o que a gente tem chamado de “mamão com açúcar para a especulação imobiliária”, que o Vereador Nabil colocou tão bem aqui. Então é justificado 2,5? É justificado somente em casos de habitação de interesse social. Então, com relação ao PDE, era essa a minha colocação.

Tenho que fazer algumas colocações, que eu não gostaria de fazer. Eu não fui convidado para discutir, por exemplo, a questão do aeroporto, até porque o convite que eu recebi nem tinha essa questão.

E me estranha muito o Sr. André Skaf vir aqui fazer uma apresentação no meio de tudo isso sem que eu, por exemplo, e a instituição que eu participo, e que é contrária ao

aeroporto, tenha sido avisada para também ter o dinheiro de fazer uma apresentação contrária, dizer por que somos contra. Isso me estranha muito. E aí eu tenho o direito, me perdoe, Sr. Presidente, me perdoe, Srs. Vereadores, de fazer algumas ilações. E uma delas é a seguinte: bom, parece que a Fiesp, o Secovi, o Sinduscon têm um poder de barganha. Parece, não, tem um poder de barganha extremamente grande, porque outras questões que podiam ser discutidas aqui não estão sendo discutidas para a gente discutir o aeroporto, quando, na verdade, já se discutiu isso. E aí eu quero dizer, sobre o aeroporto...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - O senhor me desculpe, mas essa ilação o senhor não tem direito a dizer, não. (Palmas) Todo mundo pode discutir o que quiser. A população pediu, foi demanda da sociedade local colocar isso.

(NÃO IDENTIFICADO) - O convite oficial que eu tenho da Casa, Sr. Vereador, assinado pelo senhor, não tem isso como constante da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Se não isso não consta, está errado.

(NÃO IDENTIFICADO) - Se não consta...

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Mas tem aeroporto, agricultura orgânica, ecoturismo. O senhor poderá inscrever na próxima audiência pública todos os temas que o senhor achar interessante para Parelheiros.

(NÃO IDENTIFICADO) - O convite está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - A discussão é em torno de Parelheiros.

Há sobre a mesa um requerimento.

- É lido o seguinte: (requerimento nº 51, que requer audiência pública para discutir sobre a proposta de um aeroporto privado em Parelheiros)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Então o senhor não pode fazer ilações. Ninguém tem poder de barganha na Câmara dos Vereadores, ninguém tem poder de barganha nesta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. (Palmas) Por favor, pode continuar. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) - Eu recebi um convite que dizia outra coisa, e, portanto, as ilações são em razão do convite que eu recebi, e fui surpreendido aqui. E é estranho que alguém venha aqui e use 20 minutos do tempo para defender e não haja o contraponto com o mesmo tempo para se colocar contra.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Desculpe, mas serei obrigado a interrompê-lo e insistir. Eu estou entrando no tempo da Rossana, mas ninguém pode passar tempo de um para o outro, Fernando, porque o tempo é da pessoa. O que quero dizer é que aqui não se trata de atacar ou defender. Foi apresentado um projeto, como foi apresentada a agricultura orgânica e não teve ninguém para argumentar contrariamente, como não também não teve ninguém argumentando contrariamente ao ecoturismo. Foi apenas apresentação do projeto para que as pessoas da sociedade possam se informar melhor sobre um projeto que está em andamento. A comissão hoje não tem um caráter decisório sobre esse assunto.

Então, por favor, se o senhor quer expor o seu ponto de visto, pode, mas não atacando ou fazendo insinuações que não cabem nem a esta Casa nem a esta comissão. Muito obrigado.

O SR. MAURO SCARPINATTI - Meu caro nobre Presidente Andrea Matarazzo, eu só estou pedindo isonomia e que, se foi apresentado um projeto dizendo que deve ser feito algo dessa maneira, deve ser ouvido também o outro lado do porquê se contrapõe e se diz que não deve ser...

O SR. PRESIDENTE (ANDREA MATARAZZO) - Por que o senhor não usa seu tempo para falar mal, para se opor? Use seu tempo.

O SR. MAURO SCARPINATTI - Eu não falei mal de nada ainda.

O SR. PRESIDENTE (ANDREA MATARAZZO) - Comece, em vez de falar mal dos Vereadores.

O SR. MAURO SCARPINATTI - O senhor não me deixa falar!

O SR. PRESIDENTE (ANDREA MATARAZZO) - Não, o senhor não gosta do projeto, fale mal do projeto, não dos Vereadores.

O SR. MAURO SCARPINATTI - O senhor não me deixa falar. Eu não estou falando mal dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (ANDREA MATARAZZO) - O senhor estava fazendo insinuações que não cabem aqui. Por favor, continue.

O SR. MAURO SCARPINATTI - Eu ouvi diversas insinuações com relação aos ambientalistas, que não fazem isso, não fazem aquilo, não fazem aquilo outro. Vereador Alfredinho é testemunha, há mais de 30 anos atuou naquela região, colocando dinheiro do próprio bolso. Estou aqui hoje com dinheiro do próprio bolso, atuando no movimento ambientalista, fazendo trabalho de educação ambiental, sim, com a população, defendendo a população, porque não estamos lá para defender bichinho. Estamos lá para defender o direito da população na perspectiva do direito socioambiental, e aí vem esse aqui dizer: “Mas os ambientalistas não vão lá”. Nós somos meia dúzia. Nós trabalhamos aos finais de semana, na hora que podemos. É isso que fazemos. Não temos recursos para estar em todo canto. Estou aqui hoje e está sendo descontado meio dia do meu trabalho. Por isso tenho de sair correndo daqui, senão perco meu outro meio dia. E todo mundo que está aqui deve estar na mesma situação. Então, parece que não estamos fazendo nada?

E aí eu volto para a questão do aeroporto. Estamos discutindo um negócio, e o Vereador Milton Leite colocou muito bem aqui “cumpra-se a lei”. A lei diz que não pode ter aeroporto lá. Se a lei diz isso, por que temos de voltar a discutir? A Prefeitura, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano já negou a concessão de ocupação daquela área para um aeroporto, e voltamos a discutir aqui a todo o momento? Que história é essa? A lei diz que

não pode. Então, se a lei diz que não pode e, se é para cumprir a lei, então, cumpra-se a lei. Não pode. Pronto. Acabou. Vamos discutir, como foi colocado pelo Vereador Ricardo Young, uma outra perspectiva de desenvolvimento socioambiental não só para aquela região, mas para a cidade de São Paulo inteira que consiga contemplar questões que não estamos vendo hoje. E não é fazer mais uma discussão do mesmo, do quanto pior melhor, ou de que “olha, ou é esse tipo de empreendimento ou o caos”. É esse tipo de coisa que está sendo colocada aqui. Vamos fazer uma discussão a sério da perspectiva de um desenvolvimento socioambiental da cidade de São Paulo que não é mais do mesmo; mais do mesmo modelo de exclusão, mais do mesmo modelo de destruição ambiental, social e econômica que temos presenciado nesta cidade. Esse tipo de discussão é que interessa, e não fazer um dualismo que não existe, tipo: de um lado está esse bando de ambientalista lunático, como foi dito aqui e, de outro lado, há gente que está com pé no barro, com pé na realidade e que entende das coisas e dialoga com o povo. Como se os “ambientalistas lunáticos” não soubessem dialogar com o povo.

Para terminar, queria dizer que em ...

O SR. PRESIDENTE (ANDREA MATARAZZO) - O senhor pode se estender 30 segundos.

O SR. MAURO SCARPINATTI - Em 1996 fizemos, naquela região, o diagnóstico socioambiental participativo. Em 2006 também. Em 2006, realizamos um grande seminário na Igreja Messiânica com mais de 200 técnicos, moradores, gestores públicos. Publicamos uma carta para os cem anos da Guarapiranga. Tudo isso está publicado no *site* mananciais.org.br. Lançamos o Abraço a Guarapiranga, que repetimos todos os anos. É um trabalho de educação ambiental permanente naquela região.

Então, não venham dizer que os ambientalistas estão deitados em berço esplêndido, e pensando em coisas lunáticas. Nós temos profundo respeito pela população de Parelheiros, por seus moradores e queremos, sim, o desenvolvimento, mas sustentado, não que vá expulsar vocês de lá pela especulação imobiliária que virá com o aeroporto. (Palmas)

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado, Sr. Mauro Scarpinatti, pela sua intervenção.

Próximos: Sr. Antônio Cunha, Sra. Mônica Piltsborba, Sr. Leo Ramos Malagolli.

O SR. ANTÔNIO CUNHA - Boa tarde. Meu nome é Antônio Cunha, tenho três minutos, mas a Sra. Silvia Leite, que, infelizmente, teve de se retirar cedeu gentilmente seu tempo. É a de número 32. Então, falarei durante seis minutos.

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Não podemos fazer assim.

O SR. ANTÔNIO CUNHA - Bom, então só tenho três minutos.

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Um pouquinho mais.

O SR. ANTÔNIO CUNHA - Os senhores falaram duas horas e meia e eu não posso falar cinco minutos. Eu vou fazer o seguinte: requeiro, regimentalmente, a inclusão do meu *datashow* no processo. E quero dizer o seguinte: o Vereador não tem de falar, tem de ouvir e depois decidir. Eu me retiro em sinal de protesto.

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado.

- Comentários fora do microfone.

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Vereador tem direito a falar.

Tem a palavra a Sra. Mônica Pilsborba.

A SRA. MÔNICA PILZ BORBA - É uma pena não estarmos podendo ouvir as pessoas aqui, porque nos foi avisado que haveria a possibilidade, sim, de repasse de tempo de um para o outro. Isso foi o que nos foi falado. Eu cheguei aqui às 8h30 da manhã. Foi ela que falou para a gente.

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo)- Então, se doze pessoas se inscrevem vão embora e fica 36 minutos uma pessoa falando?

A SRA. MÔNICA PILZ BORBA - Mas vocês tiveram tanto tempo! Por que as pessoas não podem falar?

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Sr. Antônio Cunha, quem estava inscrito?

A SRA. MÔNICA PILZ BORBA - Ele já foi embora.

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Não tinha ninguém na sequência. Quem está na sequência da senhora?

A SRA. MÔNICA PILZ BORBA - É o Leo.

O SR.PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Então, o Léo não vai falar? Fala a senhora por três minutos. O Léo por três minutos. São duas pessoas na sequência. Não é inscrever um monte e ir embora. Por exemplo, Roberto Lonca e Joana Carla Soares, tudo bem. Inscreveram-se juntos, tudo bem, um deles fala. Mas não é cada um cedendo os horários. Aí perdemos o controle.

Vamos começar novamente seu tempo, Sra. Mônica.

A SRA. MÔNICA PILZ BORBA - Boa tarde a todos. Eu queria falar sobre a questão dos ambientalistas. Todo mundo aqui gosta e precisa de água e alimentos. Correto? De onde vem a água e o alimento? Da proteção da floresta, do solo. Por isso que as pessoas que são ambientalistas estão preocupadas com isso. Se todos nós aqui precisamos de água, de alimento, por que existem os que são ambientalistas e outros não? Todos nós somos ambientalistas, esta é a realidade, porque todos nós dependemos da natureza para viver. Esse é um princípio básico e nós ficamos dizendo: ah, quem protege o verde... Quem não proteger o verde não protege a sua vida, só isso! Não podemos separar então a natureza do ser humano. Essa visão sistêmica é o que falta pra gente, o tempo todo.

O Plano Diretor, infelizmente, traz muito essa divisão entre as pessoas e a natureza, como se a cidade fosse o lugar das pessoas e a natureza não. Onde são produzidos alimentos, serviços ambientais, são necessárias pessoas. É sobre isso que o Ricardo Young veio conversar com a gente, qual o modelo de desenvolvimento que precisaremos ter numa área verde de São Paulo para a gente viver. Se edificarmos toda área verde com indústrias,

com empregos formais, com uma visão antiga, vamos morrer, a cidade deixará de ter vida. A nossa cidade não tem mais ar puro, água boa.

Só para a gente saber: São Paulo produz somente 25% da água que consumimos; 75% vêm de outras bacias hidrográficas, de regiões cada vez mais distantes. O Estado de São Paulo está indo buscar água no Vale do Ribeira. Significa que não cuidamos do nosso ambiente.

Queria também falar sobre a Plataforma de Agricultura Orgânica. O Instituto Cinco Elementos, o Instituto Kairós, Associação de Agricultura Orgânica e a Plataforma de Sustentabilidade. Gostaríamos de ver um projeto da iniciativa privada apoiando esse tipo de ação, pois são essas ações que carecem de empreendedorismo e sustentabilidade.

Era isso, obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito boa a intervenção da Sra. Mônica Borba. Tem a palavra Leo Ramos Malagoli.

O SR. LÉO RAMOS MALAGOLI - Bom dia a todos, a todas. Obrigado pela oportunidade de falar. Sou biólogo, trabalho com questões relativas à proteção ambiental, biodiversidade e unidades de conservação, há pelo menos 13 anos, focando no Município de São Paulo, zona Sul. Fui gestor da área de proteção ambiental Capivari-Monos, durante três anos e meio. Creio que conservação só se faz com vocês, com o envolvimento das pessoas. Como ambientalista, não acho que tenha de tirar ninguém de lugar algum. A ideia não é essa. Nossa defesa é outra.

Mas falando do Plano Diretor Estratégico, quero tratar principalmente de pagamentos por serviços ambientais, que foi falado no início da reunião. Serviço ambiental é tudo aquilo que o meio ambiente presta, de graça, pra gente, como: produção de água, terra para plantar, conforto térmico, biodiversidade, polinização. Isso é serviço ambiental. Há muitos

que alardeiam que serviço ambiental é coleta de lixo... Isso é outra coisa, tem outro nome. Serviço ambiental é mais ou menos o que eu disse a vocês.

É importante que nas áreas de proteção ambiental, Zepam, sejam aplicadas estratégias. Tivemos até uma discussão: tem uma área que vai ser parque. Eu acho que é assim, a gente não pode transformar tudo em parque. Há um projeto de lei de pagamento por serviço ambiental fundamental, essencial, e tem que ser votado, estudado, melhorado em alguns pontos, de maneira que sobre essas áreas você consiga pagar, manter essas áreas na mão da sociedade privada. Mesmo porque o município não vai dar conta de transformar tudo em parque, isso onera muito o poder público. Sai muito caro. Fica mais barato manter nas mãos dessas pessoas.

Então, seria importante que isso ficasse muito claro no texto, ou seja, todas as estratégias de pagamento por serviços ambientais.

Ainda sobre a questão de proteção ambiental, faço coro com o que falou o Vereador Alfredinho, e muito bem, sobre a GCM, falta estrutura para eles e para a PM Ambiental também. Mas o problema é que falta vontade política de olhar para aquela região com o cuidado que ela merece. Venha ou não o aeroporto e diversos tipos de infraestrutura, que a cidade ali merece, mas temos que ponderar o que e como.

Se não tiver uma ação efetiva de fiscalização e aí digo fiscalização preventiva, ou seja, a presença da GCM rondando.

Só para finalizar, rapidamente, falarei da questão de saneamento ambiental, o Vereador Milton Leite falou de rede, e a gente tem que pensar que lá na zona Sul nem tudo tem que virar rede - de forma nenhuma -, existem outras alternativas. A Sabesp pode trabalhar e gastar dinheiro, sim, com essas alternativas. Isso não está claro na seção II, no artigo 17, inciso I, item 10, que fala sobre a questão do saneamento nas áreas onde não estão previstas as redes.

Isso teria que estar claro na lei, de alguma maneira, que não é só rede de esgoto. É saneamento alternativo. São pequenas estações de tratamento, pequenas estações de tratamento de água, enfim.

É isso, pessoal.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. ROSELI - Então, vou reforçar a minha fala da audiência pública de Parelheiros. Deveríamos inserir nos sistemas ambientais e urbanos três novos capítulos: um capítulo de sistemas de agricultura e abastecimento, que foram suprimidos - existiam no primeiro texto de 2003, do PDE, só que não foi inserido nesse novo texto. Um outro de sistemas de gestão integrada de terras indígenas. Não sei se a maioria dos presentes sabe que a gente tem em andamento uma ampliação do território indígena para 15 mil hectares, envolvendo vários Municípios em torno da Billings. É importante inserirmos esse tema. Como a gente vai fazer, porque, embora seja território federal, temos serviços para a comunidade indígena, que são municipais. Outro sistema que deveríamos inserir, que não está implícito, é esse de sistemas sustentáveis de desenvolvimento, como o polo de turismo que tem que estar no texto. Ele não foi citado no texto e, agora, temos um projeto de lei aprovado aqui na Casa. Outro tema que temos que inserir - porque no mapa de esgoto e de água, a maior parte do território de Parelheiros não está sendo contemplada. Temos que prever algum incentivo ou cursos e subsídios para pessoas construírem sistemas individuais de esgoto; a maior parte está em zona rural e, como a gente bem sabe, tem povoados em Marsilac que estão completamente contaminados, como os quilômetros 47 e 48 e o centro de Marsilac. Temos que ter viabilidade ambiental para essas pessoas que estão isoladas.

Então, é isso.

Como a gente bem sabe, tem povoados lá em Marsilac que estão completamente contaminados, como os KM 47 e 48 e o centro de Marsilac. Então, a gente tem que ter viabilidade ambiental para essas pessoas que estão isoladas.

Era isso. obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado. Sra. Maíra Bueno Pinheiro, da Funai.

A SRA. MAÍRA BUENO PINHEIRO - Bom dia. Cumprimento todos os presentes e a Mesa. Sou servidora da Fundação Nacional do Índio, que é ligada ao Ministério da Justiça. Nesta audiência pública, estou representando a Coordenação Técnica da Funai em São Paulo. Protocolamos, junto à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, um documento.

Minha fala é no sentido de reforçar que existem povos indígenas em São Paulo. Existem duas terras indígenas no Município - TI Jaraguá e TI Tenondé Porã -, e é preciso que essas terras sejam levadas em conta quando a gente discute o Plano Diretor. A Roseli abordou um pouco isso. Essas terras passaram por processos demarcatórios recentes. A Terra Indígenas Tenondé Porã tem 15.969 hectares, um terço dos quais no Município de São Paulo; e a TI Jaraguá, na zona Norte de São Paulo, tem 532 hectares. Então, ela precisa ser considerada zona de proteção ambiental e territorial, levando-se em consideração os direitos dos povos indígenas, garantido pela Constituição Federal, em seu artigo 231.

É preciso que se observe, quando se definem essas macrozonas do Plano Diretor, que os direitos indígenas sejam levados em conta. Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Obrigado. Tem a palavra o Sr. Isaac (?), do Itaquera Nikkey Clube.

O SR. ISAAC - Boa tarde à Mesa e a todos os presentes. Meu nome é Isaac e represento o Itaquera Nikkey Clube, sociedade constituída por vários produtores locais da

região Leste, principalmente de Itaquera. Nossa comunidade existe desde 1930, e hoje existem familiares ganhando seu sustento através da atividade rural.

Minha proposta é em relação à inclusão da manutenção e incentivo ao desenvolvimento da atividade agrícola na região. Título II - Da Ordenação Territorial, Capítulo III - Das Macroáreas, Na Seção II, Da Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, artigo 17, a alínea VII diz: “VII - manutenção e incentivo ao desenvolvimento de atividades agrícolas, social e ambientalmente sustentáveis, assegurando a condição rural dos imóveis e restringindo o parcelamento urbano da terra e a abertura de novas vias de acesso”.

Essa alínea, referente à manutenção e incentivo, só está sendo considerada dentro da Seção de Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável. Gostaria que a Mesa olhasse com carinho a nossa área de Itaquera, que, pelo novo PDE, se tornará ZDE. Ela consta dentro da Seção da Macroárea de Estruturação Metropolitana, que não contempla nenhum incentivo de manutenção e incentivo ao desenvolvimento.

Então, gostaria que o Dr. Nabil e o Dr. Andrea dessem uma pequena atenção para a região de Itaquera.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Daremos grande atenção.

O SR. ISAAC - A Mestre Simone citou em seu trabalho que, além de Parelheiros, na zona Sul, temos uma pequena área, mas de grande interesse social. Só que ela está definida como Macroárea de Estruturação Metropolitana, que não contempla nenhum incentivo como o que se vê na Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, que é região de proteção ambiental.

Estamos encravados em uma região que originalmente é industrial, mas como o sustento de algumas famílias se dá através da agricultura, a gente vive no dia a dia defendendo essa forma de sobrevivência. Então, gostaria que fosse dada uma pequena atenção a essa proposta. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Obrigado. Sr. Ronaldo Masaaki Morita, do Sindicato Rural de São Paulo.

O SR. RONALDO MASAACKI MORITA - Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Represento o Sindicato Rural de São Paulo e sou também produtor agrícola no segmento de floricultura, especialmente em Itaquera, atividade que temos há mais de 40 anos. Tive até o prazer da visita do Presidente, Vereador Andrea Matarazzo, que conheceu a chácara.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Aliás, para quem não conhece, vale a pena visitar.

O SR. RONALDO MASAACKI MORITA - Gostaria, em nome do Sindicato Rural, de reforçar a proposta do meu amigo Isaac. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Obrigado. Sra. Joana Carla Soares Gonçalves. (Pausa)

A SRA. JOANA CARLA SOARES GONÇALVES - Somos três pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - A senhora fala pelos três.

A SRA. JOANA CARLA SOARES GONÇALVES - Meu nome é Joana Carla, sou professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, do Departamento de Tecnologia. Venho apresentar algumas ideias do Laboratório de Estudos de Desempenho Ambiental do Ambiente Construído.

Interessamo-nos muito pela proposta do PDE e fomos estudá-la na faculdade. Nossa posição é, claramente, de total apoio às estratégias de adensamento, principalmente nos eixos de transporte público e coletivo, entendendo o coeficiente 4 como algo perfeitamente possível dentro do que a cidade pode comportar. Mas não só isso: também em relação à sua qualidade ambiental. Esse é o foco de minha fala.

Há mais de dez anos, vimos fazendo pesquisas para entender o impacto ambiental da forma urbana no ambiente da Cidade. A gente entende cidade - e eu gostaria que todo mundo tivesse essa compreensão - também como meio ambiente, não como algo separado,

conforme já foi dito. Para nós, é uma unidade só. Olhando como uma unidade só - e aí está o ponto crítico em relação ao PDE -, faltam claramente, em nossa visão, critérios objetivos, específicos e inclusive fáceis de serem avaliados e testados, que vão medir a qualidade ambiental da Cidade que estamos construindo. Se esses critérios não forem colocados no PDE, vamos perpetuar situações de desertificação do clima, problemas de qualidade do ar, de ruídos urbanos - e não pelo adensamento, mas pela falta de entender: como adensar; que forma esse número, que representa o adensamento, vai tomar na hora em que ele virar ambiente construído; qual é a tipologia dos nossos edifícios, o tamanho dos nossos edifícios; se recuos são importantes ou não.

É esse o questionamento que vimos trazer, e gostaríamos de ver o PDE incluindo estudos ou critérios claros sobre: qualidade do ar; acesso ao sol; ruído urbano; acessibilidade; conforto de quem anda na rua, algo que foi esquecido pelas construtoras e pelos grandes empreendimentos -; papel da vegetação no ambiente urbana adensado, que é muito possível; e, não menos importante, drenagem urbana. Todos esses oito itens são afetados pela forma que a Cidade toma, por onde os edifícios são colocados, e não exclusivamente pelo adensamento.

Dessas considerações, sentimos falta no PDE.

Para concluir, há algo muito importante para nós. Para estudarmos o impacto da forma que esse adensamento vai tomar, os estudos que já vimos fazendo há mais de uma década nos mostram que algumas premissas são importantes, que também gostaríamos de ver essas premissas discutidas no Plano Diretor. Refiro-me a entender a quadra urbana, e não o lote como unidade mínima de adensamento; entender que HIS tem que fazer parte do adensamento; de alguma maneira, isso tem que ser colocado claramente, para garantirmos que quem está usando esse adensamento vai realmente se beneficiar do transporte. Nesse caso, é preciso repensar o uso do carro. Tem que ter também algo que vai repercutir no Código de Obras - quando a gente fala de forma urbana e tipologia. É preciso repensar os conceitos de

recuos, gabaritos, taxa de ocupação, que são, na nossa visão - pelo que entendemos de qualidade ambiental hoje -, arbitrários e não respondem à qualidade que podemos criar. Obviamente, como último aspecto que tem que ser discutido e já foi mencionado, não menos importante: o papel da vegetação e do desenho da Cidade, das calçadas; ou seja, atenção para o espaço público. Senão, a gente vai reproduzir, em outras regiões de São Paulo, o paliteiro de torres que a gente vê ao longo das Marginais. Essas torres são exemplos de adensamento, mas não o adensamento de qualidade que a gente quer.

A última ideia presente em nossos estudos é que não existe edifício sustentável em cidade insustentável. Se a gente quer trabalhar a eficiência energética e a qualidade ambiental dos edifícios - que é uma preocupação da Prefeitura e está em muitos documentos da Cidade - , a gente precisa começar entendendo bem como essa forma urbana vai afetar o clima que a gente projeta, no qual estarão inseridos os nossos edifícios. Era isso. Obrigada, senhores.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Obrigado.

A SRA. JOANA CARLA SOARES GONÇALVES - Perdão, Presidente, eu queria também protocolar um documento referente a esse estudo onde está tudo explicado.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Pode protocolar na mesa ao lado. Tem a palavra Rafael Luís Guimarães Munhoz, da Subprefeitura, que falará em nome dele e da Sra. Loyd Cruz Vidal Parlato.

O SR. RAFAEL LUÍS GUIMARÃES MUNHOZ - Boa tarde. Sou arquiteto de Parelheiros. Trabalhamos na área de parcelamento do solo; por essa razão, estamos tentando contribuir na questão fundiária. É importante entender que a questão fundiária é consequência do planejamento; ela implica áreas públicas e, portanto, o Estado não pode abrir mão delas até para fazer os serviços de atendimento às pessoas.

Em razão disso, temos propostas em Parelheiros, mas gostaria de focar minha fala para a questão rural, que, especificamente em São Paulo, é mais complexa, porque a

legislação da Cidade prevê a destinação de área pública no parcelamento da zona rural. Isso não vem sendo feito. Então, a gente tem dificuldade para fazer adequação desses parcelamentos, dessas ocupações com a lei.

Pretendemos também fazer propostas no sentido de intervir no espaço para dotar essas ocupações de infraestrutura necessária para podermos conseguir a regularização e, assim, tornar possível a emissão da matrícula e do documento de propriedade. Isso tudo é consequência do planejamento.

A questão rural em São Paulo, portanto, envolve algo complexo, que é a destinação de área pública, necessária até para a oferta de escolas e outros serviços necessários. Estamos pensando em duas coisas. A primeira, uma figura de condomínio rural, que talvez possa abarcar algumas situações, e, num segundo momento, a oferta de equipamentos para suprir essas necessidades.

Outra questão que julgo importante, também fundiária, é a questão das ZEIS I e IV, essencial para resolver as nucleações urbanas em Parelheiros. Para a ZEIS I, estamos pensando em suprir, com áreas envoltórias desses loteamentos, áreas públicas. Temos alguns instrumentos que pretendemos usar, como o direito de preempção. Nessas áreas envoltórias, que a gente chama de áreas de amortecimento, estaríamos suprindo os equipamentos públicos e também permitindo oferta de equipamentos para o pessoal que mora na zona rural. Dessa forma, estaríamos promovendo uma interação dessas duas realidades.

Em relação à ZEIS IV, em algumas situações temos que fazer remoções de populações. Para essas situações, pretendemos propor a criação de novas ZEIS IV, todas elas situações necessariamente nas áreas de atendimento de saneamento e também nas áreas de oferta de transporte coletivo. Basicamente, entendemos que as ZEIS IV têm que estar situadas em regiões com oferta de equipamentos.

Basicamente é isso. Obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado. Para agilizar nosso trabalho, sugiro que a gente corte os agradecimentos e os cumprimentos. Temos que terminar esta audiência pública às 14 horas, e já são 13h15 e há ainda quase 30 pessoas inscritas.

Tem a palavra a Sra. Anabela. (Pausa) Não está. Davi Fernandes Martim. (Pausa)

O SR. DAVI FERNANDES MARTIM - KARAÍ POPYGUÁ - Meu nome é Karaí Popyguá, representante da etnia Guarani, da aldeia Nhandewa Mbya, do Estado de São Paulo, Município de São Paulo. Venho representar minha comunidade, que está no Pico do Jaraguá, que Governo do Estado está tentando privatizar, tentando vender aquelas terras que são patrimônio público. Estamos reivindicando a nossa permanência naquele local e o respeito das autoridades em relação à ocupação tradicional desses povos indígenas que estão na Mata Atlântica.

Hoje a Mata Atlântica é a segunda maior biodiversidade que existe no mundo não à toa. Nós temos um conhecimento muito grande em relação a todo esse ecossistema da Mata Atlântica. Os povos Guaranis têm 400 ervas medicinais catalogadas na Mata Atlântica. Se ela é hoje essa riqueza, é por causa das nossas migrações, que envolviam esse território.

Não somos ouvidos e somos muitas vezes desrespeitados pelo Poder Público, que vende essas terras, que são patrimônio da humanidade, a troco de dinheiro e mercadorias. Isso desrespeita a natureza do lugar e as pessoas e animais que vivem ali. Aprendemos desde pequenos que o ser humano tem que cuidar de tudo isso, para cuidar dos animais e fazer com que a vida continuasse existindo. O que vemos é que o desenvolvimento vem num movimento contrário, destruindo tudo isso. Com certeza no futuro vocês vão lembrar dos índios, que são os povos da natureza e queriam preservar tudo isso e só queriam respeito e tratamento digno.

Infelizmente, o Poder Público e as empresas privadas não desconhecem esses direitos, mas estão pouco se lixando para as futuras gerações que virão, que conhecerão pelos livros árvores e animais. É isso o que traz esse grande desenvolvimento - que na verdade é para alguns, enquanto a população trabalhadora tem que enfrentar esse transporte público

lotado, enquanto a gente vê pessoas ganhando um salário miserável, que mal dá para o sustento. Também sou professor do Estado, dou aulas na escola da aldeia. Hoje eu deveria estar dando aula, mas estou aqui. Acredito que também é importante vir aqui falar sobre a nossa representatividade dentro do Estado.

O que peço é que se valorize mais a vida, porque é muito triste ver pessoas aqui tentando falar, defender suas comunidades, seus territórios, mas só contam com três minutos para isso. É assim que falamos para as futuras gerações, é assim que falamos do planeta Terra, da saúde, da vida: em três minutos, correndo. Aí, vem todo um processo de desenvolvimento que, infelizmente, não leva em consideração nada disso. Muito obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado, Sr. Davi Martim. Tem a palavra a Sra. Débora Gomes Assis. (Pausa) Não está.

Sr. Davi, a razão dos três minutos é que há 60 pessoas para falar. A gente pode fazer outras audiências públicas em janeiro.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - A audiência pública é para as duas coisas. Também para apresentar propostas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Olga Maria Soares Gross.

A SRA. OLGA MARIA SOARES GROSS - Meus cumprimentos à Mesa. Sou a Olga. Para quem não me conhece, sou geógrafa. Participei da equipe multidisciplinar que fez a parte de abordagem ambiental dessa versão do PDE que foi enviada à Câmara Municipal recentemente.

Vocês nos tratam como ambientalistas, mas somos profissionais do meio ambiente, que inclui urbanistas, pessoal das Ciências da Terra, economistas, sociólogos *etc.* Resumo dizendo que estudamos cuidadosamente essa região toda. Nos empenhamos em estudar a

região por sub-bacias. A região da Guarapiranga possui 23 sub-bacias. Tivemos cuidado de nos preocupar com todos os perfis de população e todos os perfis de biodiversidade. Talvez não tenhamos sido tão geniais como o Vereador Ricardo Young, que falou sobre sistema e modelo de desenvolvimento, mas pensamos, sim, que uma parte tem que estar voltada para a população e para a questão sócio-ambiental. Por isso, destaco - para quem já leu essa versão do Executivo - que há uma grande área, que perpassa não só a macroárea de proteção ambiental como a outra, que é a área de defesa de diminuição da vulnerabilidade social. Isso tem a ver com tudo o que foi intensamente cobrado, em especial pelos Vereadores da zona Sul, aos quais respeito muito.

Temos propostas para o que tem que ser conservado e recuperado, principalmente através das políticas dessa macrozona. Espera que haja recursos abundantes para que isso aconteça rapidamente e tenho também muita esperança de que possamos desenvolver, com toda a habilidade política e com a competência dos Srs. Vereadores, a questão dos serviços ambientais, que é a recompensa a todos os que são proprietários de áreas tanto na macrozona de proteção como na macrozona urbana, que garantem algo que chamo de sustentação e apoio à Cidade, que está na natureza.

Era o que eu tinha a falar. Espero não ter esquecido de nada. Muito obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Obrigado, Sr. Olga. Mariléa Rosa.

A SRA. MARILÉA ROSA - Boa tarde à Mesa e ao auditório. Moro no Cantinho do Céu, que a maioria dos Vereadores conhece. É uma área que está realmente precisando de ser trabalhada. Há 28 anos que moro ali e tem muita coisa a ser feita.

Vim para falar duas coisas. Primeiro, são muito bons e bonitos esses projetos como o do Aeroporto de Parelheiros, só que não devemos esquecer como chegaremos até lá quando tudo estiver pronto. Muitas vezes perdi voo que saía do Aeroporto de Guarulhos e tive que pagar a diferença para pegar outro, porque a Belmira Marin e a Teotônio Vilella estavam

intransitáveis. Ninguém quis me oferecer outro vôo para eu chegar à minha cidade. Então, temos que começar por aí. Hoje quem sai da região do Cocaia e tem que pegar a Teotônio Vilella já fica na Belmira Marin. Os Vereadores sabem como é a região. Agora tem essa história de que vai alargar a avenida, vão tirar casas *etc.* Os passageiros vão em direção à Teotônio Vilella. As pessoas que vêm de Parelheiros, Vargem Grande, Varginha também têm que passar pela Teotônio Vilella, porque hoje não temos outra saída. Como isso vai ficar para nós, que temos que pegar esses voos? Será que por ali chegaremos a tempo, ou teremos que fazer como o rapaz falou há pouco: indo de jegue? Talvez assim a gente chegue mais rápido, cortando por dentro do bairro. Não venham com essa história de que corredor vai resolver, porque foi o que disse o Secretário de Transporte. Nós que pegamos carros de passeio não podemos entrar em corredor, que será só para ônibus. Os taxistas - que levarão muitos de vocês para o aeroporto - ficarão fora do corredor. Teremos que sair às 4 horas de casa.

Temos que ter limites nas nossas vidas. Temos outras obrigações. Trabalhamos e temos compromissos. Os empresários que vejo nos aeroportos, mais ainda. Como se dizia antigamente, os homens de colarinho branco também viajam, porque têm reuniões. Como chegar a esses encontros? Então, nós moradores precisamos de soluções que não atrapalhem mais a nossa vida, Vereadores.

Outro ponto são os parques. Há três anos foram à nossa região do Grajaú porque iam fazer parques para melhorar nossa situação, mas está lá a Represa Billings, desocupada, mas com outras pessoas ocupando, e o parque não foi feito. Foi feito um pedacinho do parque ali no Lago Azul, mas está abandonado, sujo, com tudo quebrado, porque não tem infraestrutura e não tem quem cuide. Para que fazer parque? Desalojaram as pessoas e o espaço está lá. Está sendo invadido de novo, e a Represa novamente com esgoto. Tem que haver solução! Então, quando o morador vem e não fala bonitinho, é muito fácil, mas queremos solução, não o problema. Não sou contra o aeroporto, mas nós temos que ter por onde passar para chegar até ele, e aquela avenida não vai comportar.

Agradeço a oportunidade. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Sra. Marília Fanucchi.

A SRA. MARILIA FANUCCHI - Boa tarde a todos. Os Vereadores desta Casa foram eleitos para propor leis e acompanhar o cumprimento das mesmas na Cidade como um todo. Que eu saiba, ainda não existe ainda voto distrital. Portanto, como bem falaram aqui, a preocupação é da Cidade toda, e é assim que deve ser trabalhado, é assim que deve ser levado.

A reunião de hoje era para tratar da macrozona, e acho que devemos continuar. O Vereador José Police Neto trouxe a questão da zona Norte. É muito importante que a gente tenha a visão do todo e dessas regiões para a Cidade, assim como o miolo da Cidade. Essas visões são fundamentais para que possa haver o desenvolvimento necessário e que leve em conta as pessoas que moram na Cidade. Ninguém vai querer morar mais longe do que já mora. Quem atravessa a Cidade todos os dias sabe o caos que isso representa.

Como podemos trabalhar isso? Falo como professora. Fui professora do Senai Mário Amato, na cadeira de Direito Ambiental. Ainda hoje tenho inserção no Senac como professora e sei que a educação traz muita responsabilidade. A partir do momento em que você conhece um assunto, não dá para ignorá-lo, não há volta. Temos que assumir responsabilidade sobre o que conhecemos.

Esta Casa pode não ter Vereadores formados na área ambiental, mas é para isso que existem os técnicos; assim como, se não sou engenheira, preciso dos outros saberes. Vocês têm esses saberes. Acho que temos aqui condições de trabalhar juntos para a construção de um plano que seja real e que seja ideal. Ideal para que haja qualidade de vida; porque sem ar, sem água, sem verde, não adianta haver empregos, pois não haverá saúde. Estivemos na audiência pública em Parelheiros, e infelizmente a abordagem foi “aeroporto, sim” e “aeroporto, não”. Existem questões muito sérias. Temos que trabalhar o desenvolvimento? Sem dúvida. Todos juntos. E não tem essa de ficar jogando para lá.

Educação é fundamental. Por que não se instala uma escola técnica lá? Por que não instala um centro de hotelaria, como tem o Senac, que é muito bom? Por que não se traz o turismo internacional, que traz muito dinheiro? *Birdwatching* é uma fonte de renda em qualquer lugar do mundo; por que não em Parelheiros? Observação de aves paga muito dinheiro. É nisso que temos que pensar. Temos que pensar no desenvolvimento e na educação. Aeroporto, existe o Campo de Marte. Amplie-se em uma área que já está consolidada para isso, não tem que achar outro lugar. Existem outras formas de a gente desenvolver a região. É isso o que eu penso. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Muito obrigado. Sra. Maria Lúcia Ramos Bellenzani.

A SRA. MARIA LUCIA RAMOS BELLENZANI - Falarei também na fala do Luciano, mas procurarei não ocupar todo o tempo. Para quem não me conhece, sou assessoria do Vereador Nabil Bonduki, mas, antes disso, trabalhei na Prefeitura por muito tempo e sempre trabalhei com o extremo Sul da Cidade. Fui a principal articuladora da APA Capivari Monos e também convidada para montar a Subprefeitura de Parelheiros. Alugamos a sede que a subprefeitura ocupa hoje. Todas as dificuldades que foram mencionadas hoje são exatamente um retrato muito cru do que é a região. Tive a grande oportunidade na vida de ter sido a Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Parelheiros e ter coordenado a elaboração do Plano Regional.

Muito do que está sendo discutido hoje - pela Olga, pela Loyd - já vinha sendo desenhado. Acho que aqui temos uma oportunidade imensa de no PDE colocar essas coisas novamente e de forma mais ousada, com instrumentos que não tínhamos em 2003. Isso é muito importante.

Fui também moradora de Parelheiros. Morei seis anos na região, mais exatamente no Embura. Eu gostaria de falar sobre todas as macroáreas, porque acho que elas têm características muito diferentes. Tenho ido nas audiências da zona Leste e da zona Norte e

penso que o desenho da macrozona e a composição de suas macroáreas têm que ser diversificada. O extremo Sul, que está sendo discutido aqui, é muito peculiar, mas o que faz sentido para o extremo Sul não acho que faça sentido para o extremo Norte. Então, é importante que isso também seja pontuado.

Vou falar de Parelheiros, que é onde conheço bem. Parelheiros não é uma reserva ambiental, não tem reserva ambiental em Parelheiros. Parelheiros é uma região prestadora de serviços ambientais, especialmente produção de água, biodiversidade, produção de alimentos, regulação climática e serviços culturais, que são fundamentais para o bem estar humano. A região representa um mosaico de usos, não é uma reserva. Há lá uma série de usos, tanto urbanos como rurais, e isso tem que ser combinado de uma forma inteligente.

Essa dicotomia entre proteger ou não proteger, proteger e gerar emprego, vejo isso como uma falsa questão. Enquanto ficamos discutindo se protegemos ou se geramos emprego, ou se protegemos ou fazemos moradias, a gente perde tanto as áreas de proteção quanto as áreas de moradia para a especulação imobiliária - e isso tem acontecido na Cidade inteira. Não vejo isso acontecer ainda em Parelheiros, mas acho que temos que radicalizar os instrumentos tanto para o rural como para o urbano para que isso não aconteça.

Lá há duas paisagens: uma rural e uma urbana. Na paisagem rural, precisamos do instrumento território rural - zona rural para poder trazer as políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário para São Paulo. Sem isso, não conseguiremos. Ao mesmo tempo, no urbano, a gente também precisa de regularização fundiária. O centro de Parelheiros é uma zona mista e era Zona II no Plano Diretor de 1972. Não tem nada lá que impeça a regularização fundiária, nada; 1972 é antes da legislação ambiental. O que acontece é que a Prefeitura lá não lança IPTU até hoje. E por quê? Acho que essa é uma questão de gestão pública. Não sei por que, mas acho importante que o Plano Diretor aponte também na Macroárea de Regularização Ambiental a diretriz de regularização fundiária, não só na Macroárea de Contenção e Uso Sustentável.

Também acho que o desenho dessas macroáreas no extremo Sul tem que ser um pouquinho melhorado. existem loteamentos aprovados pela Prefeitura que não estão incluídos na Macroárea de Recuperação Ambiental. Por exemplo, a Chácara Santo Amaro, na Capela do Socorro, e o Parque Internacional, em Parelheiros, que são loteamentos aprovados. Conheço esses, mas acho que junto com o pessoal das subprefeituras é necessário ter esse olhar para, aí sim, se poder dizer: onde é rural é rural e vai haver esses instrumentos, e onde é urbano é urbano e vai ter aqueles instrumentos.

Outra questão já mencionada é a do saneamento. O Capítulo está muito tímido, ele simplesmente reproduz aquilo que a Sabesp quer fazer na Cidade. A Sabesp é concessionária, penso que ela deve fazer aquilo que o Município entende que deva ser feito. Não há, por exemplo, nenhuma linha sobre sistemas isolados. Significa que Embura, Marsilac, Bororé vão ficar sem saneamento para sempre considerando que são áreas produtoras de água? Vejo a Sabesp fazendo sistemas isolados no interior. Há placas nas estradas informando isso. Ela pode fazer em São Paulo também. Então, outra sugestão é melhorarmos o sistema de saneamento.

Quero fazer também das cadeias produtivas. Muito foi dito sobre turismo e agricultura, que são cadeias produtivas complexas, que envolvem agroindústria, transporte, divulgação, hotelaria e são articuladas. Mas não é só isso. Quando falamos em (ininteligível) sustentável, será que não posso também pensar em webdesigner, em empresas digitais, que trazem emprego muitas vezes sem que as pessoas tenham que sair de casa? Então, vale a pena insistirmos no desenho de uma universidade na região.

Para finalizar, quero mencionar Evangelista de Souza e América Latina Logística, empresa que transporta grãos “rasgando” essa região e não deixando nela um centavo sequer. Não há tempo para expor meu raciocínio, deixo o registro. Muito obrigada pela oportunidade.
(Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Nabil Bonduki.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - O Vereador Andrea Matarazzo está precisando sair, razão de eu ter assumido esta presidência.

A próxima inscrita é Eliane Manfré, do Movimento pelo Cine Belas Artes, Eliana Manfre, do Movimento Belas Artes. O que será que esse movimento tem a ver com macrozona ambiental? Mas vamos lá.

A SRA. ELIANA MANFRÉ - Boa tarde a todos e a todas. O Nabil já aproveitou e antecipou o que eu ia dizer: o que a audiência sobre macrozonas ambientais tem a ver com o Movimento pelo Cine Belas Artes, movimento organizado por ex-frequentes, ativistas amantes do cinema e que trabalham com o segmento cultural.

Já tivemos uma audiência temática sobre a Zepec, mas entendemos que a sustentabilidade não é só o meio ambiente, não é só as ZEIS, a questão social e educacional; entendemos que a cultura faz parte. Então, temos alguns conceitos de outros movimentos que colaboram com a Zepec, e aproveito esta oportunidade para sugerir que no próximo ano tenhamos mais uma audiência para falar sobre a Zepec, pois se trata de um mecanismo que merece muita atenção e precisa de muito mais discussão e “musculatura” para que a aplicabilidade não seja comprometida.

Agradeço a todos pela oportunidade e irei protocolar uma proposta que contém conceitos de outros movimentos e coletivos culturais que não puderam participar das outras audiências públicas. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Jeremias Soares.

O SR. JEREMIAS SOARES - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Jeremias, sou morador de Parelheiros. Ficou ouvindo todas as falas. Não vou usar 9 minutos, como muita gente fez, mas sou cidadão de Parelheiros e conheço muito bem as necessidades da região. Conheço e vejo, pois faço parte das famílias da região. Moro lá há mais de 20 anos e vejo a dificuldade das pessoas sem emprego. Por isso, serei claro. Sei que os ambientalistas falaram muito bem sobre o que pensam e pretendem, o que é válido; mas seria necessário que eles

ficassem para nos ouvir, porque quem mora em Parelheiros conhece bem a região, sabe das suas necessidades. Não vou ser repetitivo, mas nós de Parelheiros precisamos de emprego. Nós pais de família acordamos às 3h30 e chegamos em casa às 22 horas. Quem vê nossos filhos? Qual é o pai que chega e dá conselhos aos filhos se tem que sair às 4 horas e chegar à noite, sem saber onde estão os filhos? Muita gente está perdendo seus filhos para as drogas por falta de diálogo, por nem conhecer direito o pensamento dos filhos. Por isso, defendo o aero em Parelheiros. Muita gente vai dizer: “Ah, ele está doido”, mas não sabe o que o cidadão de Parelheiros precisa. Quem sabe é quem mora lá. Quem sabe decidir o que queremos somos nós, não os que moram distante. Queremos, sim, colaboração para a cultura. Não é o aero que vai acabar com a agricultura de Parelheiros, não vai ser. Falaram que iriam criar novos parques lineares; em 2004 e 2005, isso foi discutido no Colégio Paulino. Não sei se alguém aqui ouviu falar, mas não foi realizado. Agora, porque está vindo investimento para as famílias de Parelheiros, “Ah, vamos criar um parque lá”. O cidadão de Parelheiros precisa viver com dignidade. Talvez daqui a 15 anos nossos filhos não estejam preparados para fazer o que nós fazemos: pegar ônibus às 4 horas da manhã, com o risco de não voltar para casa. É necessário mais escolas, é necessário mais CEUs em Parelheiros, é necessário um hospital regional, e não se bater o martelo e dizer que as famílias de Parelheiros não têm esse direito porque se aplicou uma lei.

Muita gente fala que Parelheiros é uma joia rara. Lógico que é, mas os familiares também são. Tem que haver respeito pelas famílias de Parelheiros, tem haver discussão e saber que em Parelheiros há pessoas capazes de decidir o que querem. Nós os cidadãos de Parelheiros estamos dispostos a discutir com todos, e não virmos aqui, fazermos uma fala e irmos embora, esvaziando a plateia.

Desculpe, Sr. Nabil, mas é preciso que vocês ouçam. Alguns Vereadores falaram a verdade e muita gente chiou, mas vocês não sabem o que Parelheiros precisa. O cidadão de Parelheiros vive muita miséria porque não emprego. Acabam dizendo: “Olha aquele rapaz ali,

ele mora em Parelheiros”. Ele também tem direito às mesmas coisas que têm a Lapa, a zona Leste e qualquer outro lugar.

Para encerrar, os corredores de ônibus, para quem mora em Parelheiros, estão corretos. A gente gastava duas a três horas de ônibus para ir de Parelheiros até o centro de São Paulo; hoje a gente gasta uma hora. Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Próximo inscrito, Gil.

O SR. GIL SCATENA - Bom dia. Sou assessor do mandato do Vereador Ricardo Young. Antes. Quero somar minha fala às falas do Mauro, da Mônica e do Leo, que trabalham nas áreas periféricas, em áreas de mananciais há muitos anos. Também trabalhei na CDHU e na Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Esse discurso segundo o qual só se pode defender inclusão social quem está lá não é verdadeiro. Acho que tem muita gente séria trabalhando nas áreas centrais e em outras áreas que quer uma Cidade digna para todos. Muita coisa que foi reclamada aqui, como falta de saneamento, habitação, saúde, mas isso não se resolve com turismo nem com plantação ou aeroporto. É Estado. E quando o Estado é omissor nas suas funções básicas, ficamos sempre reféns nesses debates de quem é a favor, quem é contra. Enquanto deveríamos ter um pensamento estratégico para essas regiões. Como já lembrou a Lúcia, vários planejamentos já foram feitos, a zona Leste agora é fruto de um conjunto de incentivos. Talvez, então, devamos pensar isso também para outras áreas e, quando falamos em ação do Estado, tenhamos que olhar o orçamento para saber se a Subprefeitura de Parelheiros e as da região vão ter recursos suficientes para fazer as ações que estão prometidas e que estão sendo faladas aqui para, a longo prazo, resolver essas questões e superarmos essa questão de pobreza e meio ambiente.

Para falar sobre o PDE, queria fazer um pedido de inserção em relação a mananciais, que cita, acolhe a legislação estadual. Parece que a equipe do Vereador Nabil já está trabalhando na correção dos eixos, pois colocaram coeficiente 4 onde não é permitido,

mais em direção à região Sul. Peço que volte a questão das áreas rurais, que foram muito bem lembradas aqui e que ainda existem na cidade de São Paulo, sobretudo abaixo do Rodoanel. Foi equivocadamente dito que abaixo do Rodoanel é tudo parque, mas não é verdade, pois ali são áreas de uso sustentável e estão colocadas no PDL como áreas de contenção e uso sustentável. Daquela região, um dos usos sustentáveis é o agrícola. Então, voltar à questão agrícola é importante e talvez aí trabalhar com zoneamentos especiais os adensamentos que ali existem. Inverter a lógica: reconhecer essas áreas como agrícolas e os adensamentos que estão ali dentro como áreas específicas.

Em relação ao equilíbrio, para não ter mais expulsão de moradores para aquelas regiões, pensar o coeficiente de ZEIS nos eixos de estruturação metropolitana, os eixos de coeficiente 4, sobretudo os que vão àquela região, porque aí garantiria a Habitação de Interesse Social, que é importante. Acho que o adensamento da Cidade tem que ser feito com critérios de inclusão social e critérios ambientais. Dessa forma, o mandato do Ricardo endossa a proposta da Professora Joana, que foi aqui entregue. O adensamento é enxergado pelo mandato como algo que é desejável, mas tem que ser feito com critério. Isso é importante.

Também uma proposta da volta dos caminhos verdes, que estava no PDE 2002, artigo 106, que já era uma previsão de conexão entre os parques e áreas verdes da região de estruturação urbana em especial e que pode ajudar não só pode ajudar no fluxo gênico de espécies, aumento de áreas verdes da região e essa conexão estratégica entre áreas verdes.

Da inserção da Política Municipal de Mudanças Climáticas, já falamos na outra audiência, e para nós é de fundamental importância. Essa lei foi ignorada no debate do PDE, mas tem que ser inserida nem que seja no modelo urgencial, tal qual foi inserida a de mananciais, com uma citação logo de início, para depois debatermos como ela pode ser aplicada transversalmente.

Sobre a questão dos indicadores de gestão ambiental urbana, aqui foram faladas várias questões, como a qualidade da água no saneamento, qualidade do ar, ruído,

biodiversidade. São todos indicadores que interessam à gestão da Cidade e que talvez possam estar presentes no capítulo da gestão democrática.

Por último, o artigo 181 fala de esforços que a Prefeitura tem que empreender para desativar o Campo de Marte. Acho que, se passamos uma manhã inteira debatendo novas áreas na Cidade para acolher o novo aeródromo, para que desativar um campo que já está lá bem assentado e cuja manutenção as pessoas que operam e moram na região defendem? Entendo que a desativação do Campo de Marte vai jogar mais interesse do pessoal do voo para a única alternativa que vai ser o aeródromo de Parelheiros.

Ainda estamos aquecendo esse debate, tentando entender se o aeródromo de Parelheiros é desejável ou não e com que critérios. Tirar o Campo de Marte, e a Prefeitura já indicar que é preferível a desativação, acho extremamente contraditório. Por isso, estou sugerindo a retirada do artigo 181, sobre o Campo de Marte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Gil.

Tem a palavra a Sra. Patrícia, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

A SRA. PATRÍCIA - Boa tarde. Não ia falar exatamente para dar espaço para a sociedade civil, mas é impossível não fazer uma defesa, pois, com muita alegria, temos observado o instrumento do pagamento por serviços ambientais. Estou na CMDU há menos de três dias, mas fiquei durante 20 anos na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e as pessoas são testemunhas de que, por mais de oito anos, batalhamos para a aprovação de um projeto de lei específico que introduz essa figura.

Então, é uma alegria para nós que esteja recepcionado no Plano Diretor. Concordo plenamente com o Vereador Nabil: acho que precisamos avançar mais, o instrumento precisa ser autoaplicado para não acontecer o que aconteceu no PDE, como, por exemplo, a transferência do direito de construir, para o qual batalhamos 10 anos para que fosse regulamentado. Mas isso não aconteceu.

Por isso, faço uma defesa veemente desse instrumento, que só é válido se se articular com outros instrumentos da política ambiental e da política urbana. O pagamento por serviços ambientais tem uma lógica para as áreas essencialmente da zona Sul, para alguma parte da zona Leste e da zona Noroeste. Nas áreas verdes internas dentro do tecido urbano não há como utilizar o instrumento do pagamento por serviços ambientais, porque não seremos capazes de concorrer com a valoração que hoje a especulação imobiliária dá, por exemplo, para uma Zepam em Santo Amaro, para uma Zepam na Lapa. Para lá, é outro instrumento que precisa ser aplicado.

O Vereador perguntou com que dinheiro. No projeto de lei que temos desenvolvido, e acho que temos que introduzir no PDE, é previsto. Não sei se o Vereador sabe, mas, nos últimos cinco anos, a compensação ambiental por manejo da vegetação rendeu, entre outras, 50 milhões ao Município de São Paulo. Muito foi convertido em obra, mas tem que ser depositado no Fundo. Esse valor sustenta um programa de pagamento de serviços ambientais por mais de 10 anos na cidade de São Paulo.

Para finalizar, quero defender, sim, o trabalho que fizemos em relação às macroáreas, o macrozoneamento. Sinto que o Vereador Police Neto não esteja aqui, pois coaduno, como geóloga, com a ideia de que temos realmente características distintas da macrozona na região Noroeste. Ele fez uma exposição na qual usou a carta geotécnica como pano de fundo, mas, de fato, a zona Noroeste e extremo Leste são os piores terrenos do ponto de vista geológico para se ocupar nesta cidade. Temos que levar urbanização, sim, mas não a urbanização a qualquer preço, porque vamos pagar muito caro por isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Patrícia.

Tem a palavra a Sra. Luciana.

A SRA. LUCIANA - Boa tarde. Sou assessora da São Paulo Urbanismo e também vim falar um pouco das atividades produtivas que são possíveis principalmente na macroárea de uso sustentável, que é grande parte da Macrozona de Proteção Ambiental, e também um

pouco sobre a necessidade de se criar emprego na região Sul e na Macrozona de Proteção Ambiental, principalmente nas áreas que são ocupadas. Não é ausente a ideia da criação de emprego nessas áreas. A ideia de um desenvolvimento que seja inclusivo e ao mesmo tempo com recursos naturais está presente desde sempre na Macroárea de Contenção Urbana e Desenvolvimento Sustentável.

As duas questões principais que pensamos sobre isso são a questão do turismo e da agricultura. Entendemos que o turismo e a agricultura são capazes de gerar uma quantidade expressiva de emprego, e de geração de renda naquela área. Então, essa é a ideia que está por trás dessa macroárea específica.

Independentemente de outras atividades específicas, como a criação de um aeroporto, convido vocês a pensarem quais são as atividades produtivas que podem ao mesmo tempo gerar emprego e renda e conservação ambiental nessa área. Pensamos nessas duas como as principais, pois entendemos que elas podem gerar muito recurso para a população de lá. Mas convidamos vocês a pensarem quais são essas outras atividades que gostariam que fossem desenvolvidas para gerar emprego na região a fim de se diminuir o deslocamento, pois muitos problemas relatados são causados porque lá não há emprego e todo mundo precisa se deslocar para a Avenida Delmira Marin. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigada, Luciana.

Tem a palavra a Sra. Elaine.

A SRA. ELAINE - Boa tarde. Sou pesquisadora do Instituto Florestal e trabalho na reserva da biosfera do cinturão verde da cidade de São Paulo, que é formada pela cidade de São Paulo e por outros 77 municípios. Desenvolvemos na região de Parelheiros uma ação importante: um programa de educação ecoprofissional voltado a adolescentes e jovens que moram naquela região.

Outra ação importante é a avaliação de serviços ecossistêmicos. Existem diversos critérios para se planejar o ordenamento territorial da Cidade, e todos são importantes. O

grande desafio é manter a funcionalidade da Cidade, é entender a Cidade como um organismo vivo, é garantir o bem-estar para as pessoas que vivem na Cidade e que dependem dela. Os serviços que os ecossistemas proporcionam para as pessoas é que garantem esse bem-estar.

Muitas explicações se referiram à água, a acesso à moradia. Tão importante quanto esses serviços estão a polenização, o sequestro de carbono, a amenização climática, o controle de erosão, o controle de enchentes, o controle de doenças. Todos esses serviços ecossistêmicos garantem o bem-estar de todos os moradores de São Paulo.

O ordenamento territorial serve para localizar na Cidade onde existem serviços ecossistêmicos que precisam ser planejados e onde existe falta desses serviços para que eles possam ser recuperados. Tanto para proteger como para recuperar os serviços ecossistêmicos, o PSA - Pagamento por Serviços Ambientais é um instrumento muito importante e depende de estratégias interinstitucionais e intergovernamentais baseadas, sobretudo, na solidariedade entre setores e intergeracional. O pagamento por serviços ambientais é uma forma de remunerar financeiramente as pessoas que estão ajudando a recuperar o meio ambiente, ajudando a preservá-lo e a recuperá-lo. Então, se o meio ambiente de áreas de mananciais, como os de área de vegetação, precisa ser protegido, o de espaços urbanos carentes desses serviços ecossistêmicos precisa ser recuperado. Acredito que o PSA pode ajudar nessas duas ações.

A reserva da biosfera se coloca à disposição para contribuir nesse processo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigada, Elaine.

Tem a palavra o Sr. Euler.

O SR. EULER SANDERVILLE JÚNIOR - Boa tarde. Sou professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e do programa de ciência ambiental da USP. Desenvolvo um projeto chamado Universidade Livre e Colaborativa. Elaborado juntamente com a população de Perus, na região Noroeste, integra professores, alunos de graduação e pós-

graduação e pessoas da população, independentemente de qualquer nível de educação, produz conhecimento na região e está levantando uma discussão interessante sobre as questões urbanas e culturais em Perus.

Feita essa apresentação e apesar do pouco tempo para se debater o Plano Diretor, eu trouxe um documento, já protocolado, e vou apresentar uma série de recomendações adicionais ao Plano até a data em que for possível.

Eu gostaria de falar alguma coisa sobre o aeroporto, mas eu fui pego de surpresa com essa pauta. Achei inadequado, porque essa pauta e as pessoas que estão aqui merecem uma reflexão sobre isso.

O Plano, do modo como se apresenta, embora represente o notável esforço em um prazo político que o torna facilmente capturado pela associação de interesses públicos e interesses econômicos, com predomínio desses nas ações urbanas, apresenta uma série de deficiências que não podem ser votadas de afogadilho. Como está, favorece um olhar tecnicista e econômico aliado a grandes investimentos na Cidade, com pouca ou quase nenhuma atenção aos aspectos culturais, afetivos e educativos de uso dos espaços públicos que hoje demarcam os territórios com novas práticas sociais, como todo mundo assistiu, inclusive este ano.

É necessário que o Plano abrigue novas possibilidades. Do ponto de vista ambiental, a questão da conectividade ecológica não comparece com uma dimensão articuladora, e a questão ambiental é tratada de modo desvinculado da cultura e da educação. Ele reforça uma contradição entre conservação e habitação que mereceria uma discussão mais detalhada.

Sobre outros assuntos, a conectividade dos bairros populares não está contemplada. Na região Noroeste, não há uma palavra sobre como sair de um bairro e chegar a outro. Se uma pessoa, à noite, precisar chegar a um posto de saúde por conta de um infarto,

por exemplo, não tem como. Então, a questão do transporte e da acessibilidade precisa contemplar essas dimensões.

Precisa contemplar também o jovem, que precisa, por exemplo, chegar a um museu na área central. Nos fins de semana, os jovens têm dificuldade de circular pela Cidade e, quando vão ao centro, não conseguem voltar para casa, têm que ficar na rua. As pessoas precisam ter acesso aos benefícios culturais e científicos que uma área muito restrita da Cidade oferece.

Como o Plano omite critérios de controle e participação social, proponho pelo menos três inserções. Uma delas é o estabelecimento de instrumentos que favoreçam uma visão integrativa de saúde, cultura, educação e ambiente, com valorização dos bens culturais, espaços públicos e lugares de memória nas diversas escalas locais e regionais da Cidade, estabelecendo a conectividade entre esses locais, forma de geração de renda local e participação social, onde a participação do Poder Público deveria estabelecer entre esses diversos setores da Cidade, uma troca, um intercâmbio.

Proponho também a criação de novos instrumentos e estratégias de gestão local e regional mais ágeis, integradoras e participativas que se unam, numa esfera local, que é a subprefeitura, em núcleos regionais de planejamento. Periodicamente, as diversas Secretarias e prestadoras de serviços, como Sabesp, deveriam se reunir para discutir no bairro, na subprefeitura, com os técnicos da subprefeitura, que até hoje não estão aparelhados para enfrentar as questões urbanas. Os Conselhos também deveriam ser convidados a participar desse núcleo, porque a pessoa que participa do Conselho de Meio Ambiente não pode ir porque tem reunião do lixo de manhã, tem reunião do Cades no mesmo horário, tem reunião do Plano Diretor, etc. Precisaria, então, integrar esses diversos Conselhos para que a população tivesse informação do que está acontecendo e pudesse participar.

Não menos importante: a criação de dispositivos que trabalhem numa perspectiva integral, humanista e formadora para a posse da terra, a regularização fundiária e, quando

houver, remoção de população de baixa renda e em vulnerabilidade social. Não há um dispositivo no Plano Diretor que trate efetivamente dos direitos das pessoas quando acontece isso. É uma escala enorme e não pode ser tratada como custo de projeto, ou seja, tirar de um lugar para colocar em outro. O problema de uma população em situação de fragilidade é acesso à formação educacional e a trabalho. Isso deveria, então, ser tratado de uma forma mais ampla.

Sobre a questão do aeroporto, ela foi mal colocada aqui hoje, porque não instrui quem está assistindo. Como muito bem dito pelo Ricardo, essas questões são sistêmicas e precisam ser apresentadas num conjunto. O aeroporto é dinheiro de quem, para quem e vai gerar emprego para quem? Concordo totalmente com vocês, pois tenho visto coisas horríveis nesta cidade, pois as pessoas não têm acesso à alimentação, a vestuário, fornecem endereço errado para conseguir um emprego. Isso tem que ser mudado a partir de um programa de desenvolvimento que inclua a educação e a saúde no cerne do plano diretor em todas as regiões, em todos os bairros.

Parece-me, então, que essa é a luta que vocês precisam fazer onde vocês moram. Do contrário, o aeroporto não vai trazer tanto emprego assim e muitos de vocês serão expulsos de lá pela valorização imobiliária. E o que ficará para o futuro? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Euler.

Tem a palavra a Sra. Maria Calisto.

A SRA. MARIA CALISTO - Boa tarde. Quero dizer que eu me sinto ultradesrespeitada quando participo de um evento como este, ou da Agenda 21, de seminários, de congresso, e observo que os Vereadores falam e depois simplesmente vão embora, como aconteceu com o Vereador Goulart, que tem um trabalho respeitável na reunião. Os Vereadores precisavam ficar aqui para nos ouvir.

Sobre o aeroporto, também me senti desrespeitada quando um dos Vereadores disse que pessoas que não moravam na região estavam dando pitaco. Por que pitaco?

Moramos em São Paulo. Se não podemos opinar, que Parelheiros seja um município independente. Isso seria maravilhoso.

Agora uma sugestão: uma escola agrícola em Parelheiros.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigada, Maria.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Sobre o tema aeroporto, sugiro que marquemos outro debate, porque é específico e, como tal, tem que ser tratado num fórum específico, além de ser um tema com várias implicações, várias questões envolvidas.

No dia 19 de dezembro, acontecerá uma reunião de fechamento na qual várias questões apontadas serão debatidas. Será um momento para aprofundarmos alguns temas específicos.

Um dos temas que ainda falta discutir é a Macrozona de Estruturação Metropolitana.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Vereador Nabil, acho que nesse mesmo dia em que for discutido esse tema, podemos também avançar um pouco mais na questão do macrozoneamento, porque não dá para dizer que não estamos saindo frustrados exatamente por não termos conseguido avançar um pouquinho nesse debate. Já discutimos muitos temas importantes, mas há uma série de pautas que acabamos deixando de lado, até porque muitas delas não serão discutidas apenas em audiências públicas. Senão as pessoas imaginam que só esses temas serão tratados em audiências públicas.

Então, há um momento em que a reunião tem que ser um pouco menor e os que já vieram são chamados de novo para ajudar no debate, porque sabemos que, em audiência pública, a produção de um fórum desse tamanho tem um limite.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Claro. Inclusive eu acho que as principais e fundamentais questões já foram levantadas aqui, apesar de que não terem falado 100% das

peessoas, e documentos foram apresentados. Quem não teve tempo para falar tudo o que queria, pôde apresentar um documento e também será chamado para uma discussão.

O trabalho da Relatoria e da Comissão como um todo será também o de ouvir as pessoas que já se manifestaram, que apresentaram questões, já que não houve tempo suficiente para desenvolvê-las. Mas elas estão apontadas e voltaremos a discuti-las. Assim, estaremos devolvendo para o coletivo para ver se ele considera se o levantado está suficientemente contemplado. Então, esse trabalho será feito.

Problemas específicos, como o do aeródromo e prestação de serviços ambientais certamente voltarão a ser discutidos novamente nesta Casa. É importante que pontuemos essas questões.

A questão da zona rural, que obviamente está relacionada à agricultura orgânica, também terá que ser tratada, pois não se refere apenas à região de Parelheiros, mas a toda a Cidade, uma vez que tem a ver com centrais de abastecimento e de distribuição.

Então, temos um conjunto de temas que serão aprofundados. Para tanto, chamaremos as pessoas e as entidades que estão vinculadas a esses temas para poder, dessa maneira, se aprofundar e dar uma resposta.

A todos que vieram e que ficaram até o final, quero agradecer a presença. Acho que foi produtiva esta reunião, apesar de um pouco tumultuada, pois deu para levantar os temas fundamentais principalmente sobre a zona Sul. Eu diria que ficamos ainda um pouco descobertos nas outras regiões, mas, de qualquer maneira, ainda temos a audiência pública de Pirituba e Perus nesta semana para tratarmos da macrozona e ainda hoje, na Vila Maria, discutiremos o eixo da Fernão Dias.

É importante, então, termos claro que o Plano Diretor é um conjunto de 45 reuniões e audiências públicas.

Obrigado a todos. Até a próxima. (Palmas)

Estão encerrados os nossos trabalhos.